



**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UNICEUB**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS - FAJS**

**BÁRBARA VASCONCELOS RIBEIRO**

**ABANDONO AFETIVO E A RESPONSABILIDADE CIVIL**

**BRASÍLIA**  
**2º/2018**

**BÁRBARA VASCONCELOS RIBEIRO**

**ABANDONO AFETIVO E A RESPONSABILIDADE CIVIL**

Monografia apresentada como requisito à obtenção do título de Bacharel em Direito da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais – FAJS do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Orientadora: Prof. Mestre Débora Soares Guimarães

**BRASÍLIA**

**2018**

**BÁRBARA VASCONCELOS RIBEIRO**

**ABANDONO AFETIVO E A RESPONSABILIDADE CIVIL**

Monografia apresentada como requisito à obtenção do título de Bacharel em Direito da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais – FAJS do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Orientadora: Prof. Mestre Débora Soares Guimarães

**BRASÍLIA, \_\_\_\_\_ DE 2018.**

**BANCA EXAMINADORA:**

---

**Prof. Débora Soares Guimarães**  
**Orientadora**

---

**Examinador**

Dedico este trabalho à minha família e em especial à minha amiga Cristina, pois diante da convivência dela com seu filho, pude perceber a falta que a presença de um pai faz na vida de uma criança, desejando, de alguma forma, ajudá-los e a outras vítimas deste abandono. “Amar é faculdade, cuidar é dever.

## RESUMO

O presente trabalho tem como finalidade analisar a possibilidade da inserção da responsabilidade civil diante da violação do dever de cuidado por partes dos pais, discutindo assim, as situações cabíveis do abandono afetivo e seu significado. Para tanto, o primeiro capítulo traz uma abordagem de aspectos concernentes à família, como o conceito de filiação até os tempos atuais, além das suas espécies e correlações e da mesma maneira no que tange ao poder familiar. Na sequência, apresenta o conceito e qualifica as espécies de responsabilidade civil, com intuito de entender se quando a mesma for violada, pode gerar algum tipo de penalidade. Por fim, analisa-se a temática da responsabilidade civil decorrente do abandono afetivo, a importância do genitor na vida do ser humano para seu desenvolvimento, demonstrando que o assunto ainda tem polêmica. Explana, ainda, os aspectos doutrinários e jurisprudenciais sob os julgados no que tange à responsabilidade civil decorrente do abandono afetivo e o posicionamento da Ministra Nancy Andrighi, que estabeleceu a mudança de posição do Superior Tribunal de Justiça (STJ), pois concedeu a conversão da indenização mediante o dano causado pelo abandono afetivo parental. Visão esta defendida ao priorizar a proteção dos filhos, para o seu desenvolvimento ao longo da vida, como será visto adiante.

**Palavras-Chave:** Abandono afetivo. Filiação. Responsabilidade civil. Poder familiar. Direito de Família (Brasil).

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>1 FILIAÇÃO E O PODER FAMILIAR .....</b>	<b>7</b>
1.1 Conceito de filiação.....	7
1.2 Evolução histórica de filiação .....	9
1.3 A chegada da filiação no direito brasileiro.....	10
1.4 Espécies de filiação.....	14
1.4.1 Filiação biológica.....	15
1.4.2 Filiação adotiva.....	16
1.4.3 Filiação socioafetiva.....	17
1.5 Regulamentação no Brasil.....	19
1.6 Poder familiar.....	20
1.6.1 Conceito e suas características.....	21
<b>2 RESPONSABILIDADE CIVIL.....</b>	<b>25</b>
2.1 Evolução histórica da responsabilidade civil.....	25
2.2 Conceito de responsabilidade civil.....	27
2.3 Espécies de responsabilidade civil.....	29
2.3.1 Responsabilidade subjetiva e objetiva.....	30
2.3.2 Responsabilidade civil contratual e extracontratual.....	31
2.4 Elementos essenciais de responsabilidade civil.....	32
2.4.1 Conduta humana.....	32
2.4.2 Nexo causal.....	32
2.4.3 Dano.....	32
<b>3 RESPONSABILIDADE CIVIL DECORRENTE DO ABANDONO AFETIVO.....</b>	<b>35</b>
3.1 Conceito de abandono afetivo.....	35
3.2 Pressupostos para o reconhecimento do abandono afetivo.....	39
3.3 Posição doutrinária e jurisprudencial.....	40
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>47</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>48</b>

## INTRODUÇÃO

A presente monografia versará sobre o abandono afetivo e a possibilidade de responsabilidade civil dele decorrente, situada dentro da área de Direito de Família. A problemática a ser elucidada visa fazer uma análise nos casos que o dano moral é concedido diante do abandono moral, resultante da falta da responsabilidade civil dos genitores.

Por ser um estudo relativamente recente, poucas são as decisões que geraram indenização aos pais por violar o dever de cuidado na perspectiva do abandono afetivo.

Nesse passo, antes de se adentrar em qualquer pressuposto que será suscitado, entender o que é o abandono afetivo é um grande desafio. De certa forma, ao entender o “cru” da palavra, configura a deixar de prestar algum afeto aquele que o necessita. Para tanto, não é possível obrigar alguém a amar outra pessoa, por isso esta denominação passa pelos seus desafios. A questão a ser esclarecida não é a de amar outra pessoa, mas sim o afeto no sentido de auxiliar nos deveres perante aquele que está passando por evolução constante até sua formação como “adulto”, como na educação, etc., o que seria a responsabilidade civil decorrente do pai com seu filho.

Como será explicado no corpo do presente estudo, a responsabilidade civil nada mais é do que a obrigação de reparar um dano causado a outra pessoa, responsabilizando aquele que praticou o dano, a repará-lo. Portanto, a problematização a ser colocada será a de estudar os casos em que ocorre o abandono afetivo e se esses realmente podem corresponder à responsabilidade civil, uma vez que a tentativa é reparar o dano sofrido por aquele que foi abandonado.

Com intuito de desenvolver o trabalho, o pesquisador trará ao leitor as divergências de opiniões sobre o tema, confrontando as diferentes correntes doutrinárias e jurisprudenciais que abordam o objeto de pesquisa. O tema será dividido em capítulos de forma a ser facilitada a compreensão do leitor sobre todas as características do tema abordado.

O primeiro capítulo busca apresentar de maneira geral o conceito de filiação e sua evolução histórica e de suas espécies, em seguida a compreensão do que é o poder familiar. O segundo capítulo trata do conceito e das espécies de responsabilidade civil e os elementos essenciais que geram a responsabilidade civil. No último capítulo, a responsabilidade civil decorrente do abandono afetivo e de fato o que corresponde ao abandono afetivo, às posições doutrinárias e jurisprudenciais sobre o tema. Por fim serão apresentadas as considerações finais acerca do estudo.

## 1 FILIAÇÃO E O PODER FAMILIAR

No Direito Brasileiro vigente, a filiação é vista como a relação jurídica que liga o filho aos seus pais. Algumas são suas formas, denominações e características.

Neste capítulo, será abordado o conceito de filiação desde o Direito Romano até a chegada ao Brasil e quais são suas espécies cabíveis. Dentre estes, como funciona sua regulamentação no Brasil e o conceito de poder familiar existente na antiguidade até os tempos atuais.

### 1.1 Conceito de filiação

Entende-se por filiação a relação de parentesco em primeiro grau e em linha reta, que estabelece vínculo entre pais e filhos. Tal filiação pode decorrer de vínculo sanguíneo ou qualquer outra forma legalmente reconhecida, tal como a adoção ou reprodução assistida.<sup>1</sup>

Segundo Silvo Rodrigues “filiação é a relação de parentesco consanguíneo, em primeiro grau e em linha reta, que liga uma pessoa aquela que a geram, ou a recebem como se as tivessem gerado”.<sup>2</sup> Nesta linha, não há distinção entre elas, visualizando que ambas se enquadram no seu conceito.

A definição acima descrita encontra-se em consonância com o artigo 1.596 do Código Civil, que diz:

“Art. 1.596. Os filhos, havidos ou não da relação de casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.”<sup>3</sup>

Atualmente, a filiação passa por grande evolução, sendo igual direito ao reconhecimento dos filhos originados ou não pelo casamento, bem como os filhos adotivos, sendo vedado expressamente qualquer tipo de discriminação.<sup>4</sup>

O conceito nas palavras do doutrinador Ponte de Miranda:

---

<sup>1</sup> RODRIGUES, Silvo. *Direito Civi.*. Direito de Família. 27. Ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

<sup>2</sup> RODRIGUES, 2010 apud NOGUEIRA, Grasiéla. Da filiação. *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, v. 77, p.3, jun 2010.

<sup>3</sup> BRASIL, *Lei Nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002* - Institui o Código Civil. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2002/110406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/110406.htm)> acesso em 21 mai 2018.

<sup>4</sup> GILDO, Nathália. *Evolução histórica do conceito de filiação*. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/46589/evolucao-historica-do-conceito-de-filiacao>> Acesso em 05 jun 2018.



a relação que o fato da procriação estabelece entre duas pessoas, uma das quais nascida da outra, chama-se paternidade, ou maternidade, quando considerada em relação ao pai ou à mãe, e filiação, quando em relação ao filho para com qualquer um dos genitores.<sup>5</sup>

Ou seja, pelo autor, a relação do pai e mãe com seu filho denominam-se paternidade e maternidade. Já pelo lado do filho em relação aos seus pais, seria chamado de genitor.

No que tange o direito, três são as espécies de filiação: a biológica, a adotiva e a socioafetiva, não havendo diferenciação entre filiação legítima e ilegítima, sendo todas passíveis de direitos iguais. As espécies serão abordadas no próximo tópico com maior clareza.

Muito embora a lei coloque a filiação presumida sendo aquela derivada do casamento, ocorrem diversas formas de manifestar a filiação, como as dadas através do reconhecimento, com o afeto, cuidado, manutenção e posse do estado do filho, que acabam por ensejar a mesma proteção legada aos parentes e filhos consanguíneos<sup>6</sup>

A certidão de nascimento é uma forma de representar a filiação, a qual se é dada através do Registro Civil, devendo conter todos os requisitos cabíveis e os meios de provas presentes no artigo 1.609 do Código Civil, neste caso, quando for reconhecimento voluntário dos filhos havidos fora do casamento.<sup>7</sup> Este registro deverá conter o nome do pai e o nome da mãe, mesmo que não casados.

A filiação produz o efeito ex tunc, e é irrevogável e irretratável, podendo apenas ser anulado se realizado por vício de vontade, como erro ou coação, ou não contendo suas formas legais.

Na visão do autor Paulo Luiz Lôbo, a filiação biológica é a mais vista. “Em verdade, apenas recentemente a socioafetiva passou a ser cogitada seriamente pelos juristas, como categoria própria, merecedora de construção adequada”.<sup>8</sup>

No direito de família brasileiro, ainda existem conflitos no que tange a filiação biológica e a socioafetiva, passando por diversas mudanças até a definição atual, como será vista no próximo tópico do presente capítulo.

---

<sup>5</sup> MIRANDA, Pontes. *Manual de Direito Constitucional*. 3. Ed. Coimbra, 2000. p. 19.

<sup>6</sup> COSTA, Maria Amélia. A possibilidade de desconstituição da paternidade havida por reconhecimento. *Revista de Direito de Família e Sucessão*, v. 2, n.1, p.1, 2016.

<sup>7</sup> RESENDE, Adriana Torres de Sá. Do direito parental: parentesco, filiação, adoção, poder familiar e alimentos. *Conteúdo Jurídico*. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.49169&seo=1>> Acesso em: 21 maio. 2018.

<sup>8</sup> LÔBO, Paulo Luiz Netto. *Famílias*. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 133

## 1.2 Evolução histórica da filiação

Em Roma, até o século III D.C, a figura masculina era vista como o chefe da família, aquele que tinha o poder familiar, ali chamado de “*paterfamilias*”. Ele era o responsável pelo poder de vida, de morte e de venda sobre seus filhos.<sup>9</sup>

A base pela qual regia neste período era da autoridade e não da afetividade para a constituição da família. Não havia o conceito de família nuclear, a família era composta por todos aqueles que estivessem sob o mando do pai de família<sup>10</sup>, ou seja, além de parentes, animais e escravos faziam parte desta composição da família.

Jorge Shiguemitsu ensina que nos anos de 149 e 126 A.C até 303 D.C, os filhos eram classificados como: *iusti* ou *legitimi*, representados pelos filhos adotados ou aqueles da união do casamento, estes devendo sempre respeitar e reverenciar o “*paterfamilias*”, o pai de família, aquele mais elevado e os *uulo quaestii*, *uulgo concepti* ou *spurii*, filhos representados de uma união considerada ilegítima, pois eram aqueles representados por terem sido gerados em uma relação não matrimonial, não havendo seu reconhecimento pelos seus genitores, nem direitos e deveres sobre eles, apenas às suas genitoras.<sup>11</sup>

Posteriormente, de 303 D.C até 565 D.C, duas novas classificações foram conceituadas: *naturales liberi*, resultantes de uma relação de concubinato, ou seja, vive uma união estável, mas não tem seu relacionamento reconhecido legalmente. A outra classificação seria dos *legitimi*, legitimados.

Anteriormente, *natureles liberi*, eram os filhos legitimados, passando a ser *legitimi* ou *iusti* por um dos três motivos: “posterior casamento entre os pais, por rescrito do príncipe (ordem do imperador) ou oblação (oferecimento) à cúria.”<sup>12</sup>

Já dizia Paulo Luiz Lôbo, no Código Civil de 1916, de forma mais sucinta: “legítimo era o filho biológico, nascido de pais unidos pelo matrimônio; os demais seriam ilegítimos.”<sup>13</sup>

<sup>9</sup> FUJITA, Jorge Shiguemitsu. *Filiação*. São Paulo: Atlas, 2009.

<sup>10</sup> FUNARI, Pedro. Direito de família: de Roma para os tempos atuais. *Revista IBDFAM*, Belo Horizonte, nov. 2013. Disponível em: < <http://www.ibdfam.org.br/publicacoes/revista-ibdfam> > Acesso em: 6 abr. 2018.

<sup>11</sup> FUJITA, op. Cit., p.14

<sup>12</sup> SANCHES. *A evolução histórica da filiação: Roma e Brasil*. Disponível em <[https://jus.com.br/artigos/31344/a-evolucao-historica-da-filiacao-roma-e-brasil#\\_ftn3](https://jus.com.br/artigos/31344/a-evolucao-historica-da-filiacao-roma-e-brasil#_ftn3)> Acesso em: 6 abr. 2018

<sup>13</sup> LÔBO, Paulo Luiz Netto. *Famílias*. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 48

Ainda no direito Romano, a verdade real da filiação era vista de uma maneira histórica, religiosos e ideológica a qual determinavam que biológicos fossem os filhos nascidos de pais unidos pelo casamento e os demais seriam considerados ilegítimos.

### **1.3 A chegada da filiação no Direito Brasileiro**

Em 1.500, no Brasil, em consequência da colonização portuguesa, as Ordenações Afonsinas, Manuelinas e as Filipinas fortificaram-se.

Proclamada em 1.603 pelo Rei Filipe I na Espanha, as Ordenações Filipinas, vigoraram até 31 de dezembro de 1.916. Nelas, duas classificações a respeito dos filhos eram anunciadas: legítimos e ilegítimos.

Os filhos ilegítimos podiam ser espúrios (incestuosos, adulterinos ou sacrilégios) ou naturais.

No caso dos filhos ilegítimos espúrios, eles só poderiam iniciar uma ação de investigação de paternidade apenas nos casos para obtenção do direito aos alimentos. Já os ilegítimos naturais só eram reconhecidos no direito à sucessão legítima.

O doutrinador Laurentino Gomes<sup>14</sup> relata que até o ano de 1.808, ano da chegada da Corte Portuguesa, o Brasil vivia de maneira isolada, estabelecendo chefe de família o pai protetor, que na maior parte das vezes era agricultor, tropeiro ou fazendeiro, assim, os filhos começavam a trabalhar logo cedo.

Já no ano 1.847 com a Lei nº 463, foi extinta a distinção entre filhos da nobreza e filhos plebeus no âmbito jurídico, apenas em finalidade sucessória. Os filhos naturais e ilegítimos espúrios passaram a ter os mesmos direitos, até mesmo à sucessão, podendo disputar com os filhos legítimos, desde que reconhecidos por escritura pública ou testamento.

Em seguida, no decorrer do século XX, a ideia da distinção de filhos foi alterada pela legislação brasileira pela ampliação das associações de inclusão dos filhos “ilegítimos”.

Como colocado por Lôbo:

Com efeito, se todos os filhos são dotados de iguais direitos e deveres, não mais importando com sua origem, perdeu qualquer sentido o conceito de legitimidade nas relações de família, que consistiu no requisito fundamental

---

<sup>14</sup> GOMES, Laurentino. A família na história do Brasil. *Revista IBDFAM*, Belo Horizonte, v. 5, p. 6, 2007.

da maioria dos institutos do direito de família. Por consequência, relativizou-se o papel fundador da origem biológica.<sup>15</sup>

A categoria de filhos ilegítimos era dividida em filho natural e filho espúrio. “A filiação natural dava-se quando os genitores não possuíam vínculo matrimonial, não eram casados por terceiros, nem havia entre eles impedimento para o casamento”.<sup>16</sup>

Os filhos ilegítimos espúrios eram subdivididos em adulterinos e incestuosos. Os filhos adulterinos correspondiam a quando um dos pais ou ambos, que eram casados com outra pessoa no momento do nascimento ou concepção da criança.

Renata Cysne colocava: “Denominava-se filiação adulterina, quando o pai, a mãe ou ambos mantivessem vínculo conjugal com outra pessoa no momento da concepção ou do nascimento da criança.”<sup>17</sup>

Já filhos incestuosos advinham da origem dos pais que eram impedidos de se casarem por existir um grau muito próximo de parentesco.

No Código Civil de 1916, em seu artigo 355, autorizava expressamente o reconhecimento espontâneo ou jurídico dos filhos naturais, que poderiam ser legitimados pelo casamento posterior dos pais.

Nas palavras do autor Carlos Roberto, o casamento era uma forma de legitimação dos filhos, e este condão de atribuir aos filhos possuídos antes da constância do casamento, davam-lhes os mesmos direitos e qualificações dos filhos legítimos, como se houvessem sido concebidos após as núpcias<sup>18</sup>.

Segundo Bruna Schlindwein Zeni, dentre os filhos ilegítimos, apenas os filhos naturais eram colocados como aqueles que poderiam ter sua paternidade reconhecida, sendo proibido expressamente pelo artigo 358, do mesmo código, o reconhecimento dos filhos incestuosos e adulterinos<sup>19</sup>.

Segundo a autora, não era só a classificação que era discriminatória, pois “os filhos ilegítimos não tinham direitos garantidos pelo Código Civil, nem sequer podiam ter sua

<sup>15</sup> LÔBO, Paulo Luiz Netto. *Famílias*. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 48

<sup>16</sup> CYSNE, Renata Nepomuceno e. Os laços afetivos como valor jurídico: na questão da paternidade socioafetiva. *Família e jurisdição II*. Belo Horizonte, Del Rey, p. 194, 2008.

<sup>17</sup> Ibidem CYSNE, Renata Nepomuceno e. Os laços afetivos como valor jurídico: na questão da paternidade socioafetiva. *Família e jurisdição II*. Belo Horizonte: Del Rey, p. 189-223, 2008.

<sup>18</sup> GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito Civil Brasileiro: Direito de família*. ed. 9. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 321.

<sup>19</sup> ZENI, Bruna Schlindwein. O afeto como reconhecimento da filiação. *Revista Direito em Debate*, v.18, n.32, mar. 2013. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/view/632>. Acesso em: 13 maio 2018.

paternidade reconhecida”, ou seja, os filhos não poderiam ingressar em juízo para requerer alimentos, sendo muito benéfico de certo modo para o pai, pois ele ficaria isento dos deveres a ele pertencentes.<sup>20</sup>

Para Maria Berenice Dias, recusar a essência da sucessão ilegítima simplesmente protegia o genitor e depreciava o filho. Ainda que tivesse sido o pai quem realizou o adultério – que à época era crime – infringindo o dever de fidelidade, o filho era o grande prejudicado. Simplesmente, a lei fazia de conta que ele não existia. Era castigado pelo jeito do pai, que se livrava da obrigação do poder familiar.<sup>21</sup>

A Lei nº 883, de 21 de outubro de 1949, veio para dispor do reconhecimento dos filhos ilegítimos, dos filhos espúrios e também tinha o direito de ação para ser reconhecido, revogando o decreto lei nº 4.737 de 24 de setembro de 1942, o qual reconhecia os filhos naturais (aquele filho concebido fora do casamento poderia ter sua paternidade reconhecida após a separação).

Esta lei tratava ainda sobre o direito do reconhecimento que os filhos passariam a ter, porém, a autora Nathália Gildo explica que “o direito dos filhos tidos fora do casamento era a metade do que o filho legítimo ou legitimado tinha para receber”.<sup>22</sup>

No artigo 4º da lei acima mencionada, trata o direito mantido em segredo de justiça do filho reconhecido em pedir alimentos. Em seu artigo 7º qualquer referência à filiação ilegítima era proibida, “de pessoa a quem interessa, no registro de nascimento, devendo ser feita remissão a lei”.<sup>23</sup>

Ainda neste sentido, Bruna Schlindwein Zeni afirma que, dissolvida à sociedade conjugal pelo divórcio, tornava-se admissível reconhecer os filhos possuídos fora do casamento, segundo o que determinava o Decreto lei nº 4.737/42.

<sup>20</sup> ZENI, Bruna Schlindwein. *O afeto como reconhecimento da filiação*. Revista Direito em Debate, v.18, n.32, mar. 2013. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/view/632>>. Acesso em: 13 maio 2018.

<sup>21</sup> DIAS, Maria Berenice. *Manual de direito de famílias*. Revista dos tribunais, 2008.

<sup>22</sup> GILDO, Nathália. *Evolução histórica do conceito de filiação*. Disponível em <<https://jus.com.br/artigos/46589/evolucao-historica-do-conceito-de-filiacao>>. Acesso em: 13 mai 2018.

<sup>23</sup> BRASIL, Lei Nº 883, de 21 de outubro de 1949 - Institui o Código Civil. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/1930-1949/L0883.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1930-1949/L0883.htm)> Acesso em: 21 mai 2018.

Em 1949, pela Lei nº 883/49, foi admitido a qualquer dos conjugues o reconhecimento de filho possuído fora do casamento, e ao filho era dada a possibilidade de ação para buscar seu reconhecimento.<sup>24</sup>

A classificação discriminatória em relação aos filhos ilegítimos, conforme o Código de 1916 durou cerca de 60 anos em nosso país até a divulgação da Constituição Federal em 1988, que extingui essa discriminação.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a extinção de qualquer discriminação no campo da filiação veio garantindo a igualdade entre os filhos.<sup>25</sup>

Tal mudança é mostrada no artigo 227, §6º, da CF/88, em virtude da proibição de qualquer forma de tratamento diferente com qualquer dos filhos não havidos da relação de casamento em virtude dos havidos na constância do mesmo.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.  
§ 6º – Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.<sup>26</sup>

Além da presente evolução que a CF/88 trouxe, ela também mostrou os seus fundamentos a dignidade da pessoa humana, disposta no artigo 1º, III:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:  
III – a dignidade da pessoa humana;<sup>27</sup>

É com o fundamento da dignidade da pessoa humana que se permite que o tratamento entre os filhos seja igual, independentemente de sua origem, vindo ou não do

<sup>24</sup> ZENI, Bruna Schlindwein. O afeto como reconhecimento da filiação. *Revista Direito em Debate*, v.18, n.32, mar. 2013. p. 69. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/view/632>> Acesso em 21 mai 2018.

<sup>25</sup> MADALENO, Rolf. *Direito de família em pauta*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2004.

<sup>26</sup> BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Vade Mecum. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

<sup>27</sup> BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Vade Mecum. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

casamento. Por ser princípio fundamental, dita um limite de atuação do Estado e garante que a partir dele se promova a dignidade da pessoa humana, valor espiritual e moral inerente à pessoa.<sup>28</sup>

Tal igualdade é vista no artigo 1.596 do CC/02 que dispõe:

os filhos havidos ou não da relação de casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.<sup>29</sup>

Na do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA Lei nº 8069/90), em seus artigos 26 e 27, aborda o reconhecimento da filiação:

Art. 26. Os filhos havidos fora do casamento poderão ser reconhecidos pelos pais, conjunta ou separadamente, no próprio termo de nascimento, por testamento, mediante escritura ou outro documento público, qualquer que seja a origem da filiação.

Parágrafo único. O reconhecimento pode preceder o nascimento do filho ou suceder-lhe ao falecimento, se deixar descendentes.

Art. 27. O reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, podendo ser exercitado contra os pais ou seus herdeiros, sem qualquer restrição, observado o segredo de Justiça.<sup>30</sup>

Os presentes artigos 26 e 27 do ECA ajudam bastante na inovação do novo posicionamento sobre a filiação, tendo suas redações repetidas pelos artigos 1.609 e 1.614 do CCB/02, entretanto, a fixação contida no artigo 1.614 do CCB/02 não foi efetiva, pelo fato do artigo 27 do ECA dispor que o reconhecimento do estado de filiação é imprescritível.<sup>31</sup>

#### 1.4 Espécies de filiação

Como foi abordado anteriormente, três são as espécies de filiação no ordenamento jurídico brasileiro atual: a adotiva, a biológica e a socioafetiva.

<sup>28</sup> ZENI, Bruna Schlindwein. O afeto como reconhecimento da filiação. *Revista Direito em Debate*, v.18, n.32, mar. 2013. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/view/632>>. Acesso em: 13 maio 2018.

<sup>29</sup> BRASIL, *Lei Nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002* - Institui o Código Civil. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2002/110406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/110406.htm)> acesso em 21 mai 2018.

<sup>30</sup> BRASIL, *Lei Nº 8.06, de 13 de julho de 1990* - Institui o Código Civil. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm)> acesso em 05 jun 2018.

<sup>31</sup> ZENI, Bruna Schlindwein. O afeto como reconhecimento da filiação. *Revista Direito em Debate*, v.18, n.32, mar. 2013. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/view/632>>. Acesso em: 13 maio 2018.

Para a doutrinadora Heloisa Helena Barboza:

Existem três critérios para estabelecer o vínculo parental: a) critério jurídico – está previsto no Código Civil, e estabelece a paternidade por presunção, independentemente da correspondência ou não com a realidade (CC 1.597); b) critério biológico – é o preferido, principalmente em face da popularização do exame do DNA; c) critério socioafetivo – fundado no melhor interesse da criança e na dignidade da pessoa humana, segundo o qual pai é o que exerce tal função, mesmo que não haja vínculo de sangue.<sup>32</sup>

Nos próximos tópicos serão conceituados sobre cada um desse tipo de filiação e suas devidas características.

#### 1.4.1 Filiação biológica

A filiação biológica, ou também chamada de natural, é aquela conceituada desta forma pelo vínculo consanguíneo.

A respeito deste conceito, o doutrinador Clóvis Beviláqua explica:

O parentesco criado pela natureza é sempre a cognação ou consanguinidade, porque é a união produzida pelo mesmo sangue. O vínculo do parentesco estabelece-se por linhas. Linha é a série de pessoas providas por filiação de um antepassado. É a irradiação das relações consanguíneas.<sup>33</sup>

Entretanto, a Constituição Federal de 1998, afastou a diferença entre as espécies de filiação, das quais o artigo 277 §6º dispõe:

Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.<sup>34</sup>

Ou seja, relata sobre a igualdade dos filhos havidos ou não do casamento, ou até mesmo, por adoção, em direitos e qualificações, sendo vedadas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação, trazendo de fato, um benefício ao direito de família pátrio, já que classificou a igualdade de direitos dos filhos constantes ou não no casamento.

<sup>32</sup> BARBOZA, Heloisa Helena. *A família na perspectiva do vigente Código Civil*. Bioética, reprodução e gênero na sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: ABEP, 2005. p. 139-154.

<sup>33</sup> BEVILÁQUA, Clovis. *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 1975, p. 769.

<sup>34</sup> BRASIL. *Constituição (1988) da República Federativa do Brasil de*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 05 ago 2018.



Maria Berenice Dias explica dois fenômenos que romperam este princípio da origem biológica: O primeiro foi ter admitido à família de se adaptar-se pela constância do casamento. No momento em que se admitiram entidades familiares não formadas pelo matrimônio, passou a ser reconhecida a afetividade como elemento característico da família. Essa mudança de paradigma não se limitou ao âmbito das relações familiares. Refletiu-se também nas relações de filiação. Com isso o estado de filiação desligou-se da verdade genética, relativizou-se o papel fundador da origem biológica.<sup>35</sup>

Em seguida, vem à segunda explicação:

O outro acontecimento que produziu reflexos significativos nos vínculos parentais foi o avanço científico que culminou com a descoberta dos marcadores genéticos. A possibilidade de identificar a filiação biológica por meio de singelo exame de DNA desencadeou verdadeira corrida ao judiciário, na busca da “verdade real”<sup>36</sup>.

A verdade biológica tem importância não só para as partes diretamente envolvidas, mas para toda a coletividade ao se perceber os reflexos de sua descoberta conforme já trazido por estudiosos europeus acerca do assunto em que vale a pena ressaltar que a paternidade biológica pode ser provada por outros meios além do exame de DNA, como por exemplo, o exame hematológico e a odontologia legal.

#### 1.4.2 Filiação adotiva

Segundo Carlos Roberto Gonçalves, “Adoção é o ato jurídico pelo qual alguém recebe em sua família, na qualidade de filho, a pessoa a ela estranha”.<sup>37</sup> Na mesma linha, o doutrinador Washington de Barros Monteiro ensina que “a adoção cria direitos e deveres recíprocos, inclusive a mudança de estado familiar do filho, com ingresso deste numa família estranha.”<sup>38</sup>

Maria Helena Diniz conceitua na mesma linha estabelecida por variados doutrinadores:

<sup>35</sup> DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das famílias*. 9. Ed. São Paulo : RT, 2013. p. 769

<sup>36</sup> Ibidem. p. 769

<sup>37</sup> GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro: direito de família*. 8. Ed. São Paulo: Saraiva, 2011. v.6. p. 376

<sup>38</sup> MONTEIRO, Washington de Barros. *Curso de direito civil: direito de família*. 39. Ed. São Paulo: Saraiva, 2009. v. 2. p. 402.

Adoção vem a ser o ato jurídico solene pelo qual, observados os requisitos legais, alguém estabelece, independentemente de qualquer relação de parentesco consanguíneo ou afim, um vínculo fictício de filiação, trazendo para sua família, na condição de filho, pessoa que, geralmente, lhe é estranha.<sup>39</sup>

De uma maneira geral, todos reconhecem a adoção como sendo uma filiação exclusivamente jurídica. Vale ressaltar que existe o princípio da igualdade entre os filhos, colocando o filho adotado no mesmo patamar que o filho legítimo ou ao havido fora do casamento.<sup>40</sup>

A importância deste tipo de filiação são os efeitos que o ato de adoção gera. Estes são de ordem pessoal e matrimonial.

A adoção é irrevogável, gerando entre quem adota e quem é adotado parentesco equiparado ao parentesco consanguíneo.

#### 1.4.3 Filiação socioafetiva

A maternidade ou paternidade socioafetiva, de uma maneira geral, é a relação de afeto estabelecida entre pessoas que convivem e exercem os direitos e deveres específicos do pai ou da mãe em relação ao seu filho, mesmo não havendo laço consanguíneo entre os respectivos.<sup>41</sup>

Como ensina Maria Berenice Dias: “O afeto não é fruto da biologia. Os laços de afeto e solidariedade derivam da convivência familiar, não do sangue.” Ou seja, desta forma, a posse de estado de filho nada mais é do que o reconhecimento jurídico do afeto, com o claro objetivo de garantir a felicidade, como um direito a ser conquistado.<sup>42</sup>

No Direito de Família em vigência, o afeto foi erguido à qualidade de princípio jurídico a ser tutelado pelo Estado. Neste contexto, Romualdo Baptista dos Santos leciona ao direcionar o princípio da afetividade, como dever de gerir as relações humanas e fixar a aplicação das normas jurídicas de um modo geral. Nesses termos, o princípio da afetividade, ainda não ser adentrado expressamente na Constituição, desponta como um novo

<sup>39</sup> DINIZ, Maria Helena. *Curso de direito civil brasileiro: direito de família*. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. v.5. p. 522-523.

<sup>40</sup> CAMILA, Hayashi. *Da relação de parentesco*. Disponível em: <https://camilahayashi.jusbrasil.com.br/artigos/148612539/das-relacoes-de-parentesco-e-dos-tipos-de-filiacao>. Acesso em: 15 ago. 2018.

<sup>41</sup> VELLOSO, Reinaldo. *Reconhecimento da Paternidade Socioafetiva*. 13 mar. 2017. Disponível em: <<http://reinaldovelloso.blog.br/?p=667>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

<sup>42</sup> DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das famílias*. 9. Ed. São Paulo : RT, 2013. p. 59-60.

valor a ser preservado pela ordem constitucional, como forma de realização do próprio Estado.<sup>43</sup>

No artigo 1.593 do Código Civil, estabelece que “o parentesco é natural ou civil, conforme resulte de consanguinidade ou outra origem.”<sup>44</sup>, entendendo-se o parentesco proveniente de reprodução assistida ou de um vínculo socioafetivo sem ligação biológico ou de adoção.

O vínculo socioafetivo de maternidade ou paternidade pode se concretizar, nos mais diferentes núcleos familiares que compõe a sociedade, visto que, no artigo 226 da Carga Magna é posta a família como base da sociedade e irá receber uma assistência exclusiva do Estado, assim sendo, injusta de qualquer discriminação entre elas.

Geralmente essa classificação vem de pais que se divorciaram, separaram e/ou são solteiros e passam a ter um maior convívio com o (s) filho(s) do novo parceiro. Assim, passam a ter uma convivência familiar diária, podendo estabelecer com o passar do tempo uma relação de afeto e respeito com os filhos do novo parceiro, que poderá se transformar na concretização de uma nova relação de maternidade ou paternidade, vinda da posse do estado de filiação.

Sendo assim, Ulisses Simões<sup>45</sup> esclarece que a relação parental consanguínea não irá se extinguir diante da relação socioafetiva, muito pelo contrário, a relação consanguínea e a afetiva podem conviver sem afetar a esfera de direitos e deveres entre os pais biológicos, materializando a proteção integral do menor, como é exposto no texto Constitucional e o Estatuto da Criança e do adolescente.

Em 17 de novembro de 2017, o Conselho Nacional da Justiça publicou o Provimento 63, o qual, dentro demais assuntos, disciplinaram o procedimento de reconhecimento de filiação socioafetiva perante os Ofícios do Registro Civil das Pessoas Naturais.

Segundo Carlos Magno Alves<sup>46</sup>, embora alguns estados já estivessem realizando o reconhecimento extrajudicial da “paternidade” socioafetiva através da edição de

<sup>43</sup> SANTOS, Romualdo Baptista dos. *A Tutela Jurídica da Afetividade*. Curitiba: Juruá. p. 135.

<sup>44</sup> BRASIL. Código Civil - Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm)> Acesso em: 20 set. 2018

<sup>45</sup> SIMÕES, Ulisses. *Filiação socioafetiva e reconhecimento pela via extrajudicial*. Jota Info. Disponível em: <<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/coluna-do-l-o-baptista-advogados/filiacao-socioafetiva-e-reconhecimento-pela-via-extrajudicial-17012018>> Acesso em: 20 mai .2018

<sup>46</sup> SOUZA, Alves Magno Carlos. *CNJ cria regras de reconhecimento extrajudicial de filiação socioafetiva*. <<https://www.conjur.com.br/2017-dez-03/carlos-souza-cnj-cria-regras-reconhecer-filiacao-socioafetiva>> Acesso em: 20 mai.2018.

normativos próprios, após o Provimento 63/2017, a consolidação da possibilidade da efetividade do reconhecimento da filiação socioafetiva nos cartórios se deu com o registro civil de qualquer unidade federativa, padronizando o seu procedimento.

Para que seja reconhecida a filiação socioafetiva, devem ser necessários os seguintes requisitos:

- I - Requerimento firmado pelo ascendente socioafetivo (nos termos do Anexo VI), testamento ou codicilo (artigo 11, parágrafos 1º e 8º, do Provimento 63/2017 do CNJ);
- II - Documento de identificação com foto do requerente – original e cópia simples ou autenticada (artigo 11 do Provimento 63/2017 do CNJ);
- III - Certidão de nascimento atualizada do filho – original e cópia simples ou autenticada (artigo 11 do Provimento 63/2017 do CNJ);
- IV – Anuência pessoalmente dos pais biológicos, na hipótese do filho ser menor de 18 anos de idade (artigo 11, parágrafos 3º e 5º, do Provimento 63/2017 do CNJ);
- V – Anuência pessoalmente do filho maior de 12 anos de idade (artigo 11, parágrafos 4º e 5º, do Provimento 63/2017 do CNJ);
- VI - Não poderão ter a filiação socioafetiva reconhecida os irmãos entre si nem os ascendentes (artigo 10, parágrafo 3º, do Provimento 63/2017 do CNJ);
- VII - Entre o requerente e o filho deve haver uma diferença de pelo menos 16 anos de idade (artigo 10, parágrafo 3º, do Provimento 63/2017 do CNJ);
- VIII - Comprovação da posse do estado de filho (artigo 12 do Provimento 63/2017 do CNJ).<sup>47</sup>

## 1.5 Regulamentações no Brasil

Ao passar dos anos, o Direito de Família passou por diversas mudanças juntamente com a legislação brasileira, para proteger as formas de entidades familiares e principalmente, essa proteção perante todos os filhos, sem qualquer forma discriminatória entre eles.

A legislação brasileira foi aos poucos conquistando a proteção dos filhos ilegítimos até a Constituição Federal de 1988 ao estipular em seu texto, o acolhimento de todos os filhos sem distinção, como já foi colocado e será visto mais afundo no presente capítulo.

Com a motivação da Declaração Universal dos Direitos Humanos na Constituição Federal de 1988, veio a importante melhoria da proteção aos filhos ilegítimos e dos filhos oriundos das uniões extraconjugais, uma vez a mesma levou o reconhecimento da família constituída pela união do afeto umas com as outras, e não por laços religiosos e

<sup>47</sup> BRASIL. Conselho Nacional De Justiça. *Provimento nº 63, de 14 de novembro de 2017*. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3380>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

jurídicos como antigamente, reconhecendo a união estável e a monoparental como entidade familiar.<sup>48</sup>

Entende-se dessa forma, segundo Paulo Lôbo que a família, ao transformar em espaço de realização da afetividade humana, sinaliza o deslocamento da função econômica-política-religiosa-procracional para essa nova função. Essas linhas de tendência enquadraram-se no fenômeno jurídico-social denominado repersonalização das relações civis, que valoriza o interesse da pessoa humana mais do que suas relações patrimoniais.<sup>49</sup>

Nessa mesma linha, a Constituição de 1988 também auxiliou para acabar com a qualificação dada aos filhos, em legítimos e ilegítimos, que limitava seus direitos.

A filiação não era mais classificada somente por laços consanguíneos, era visto o vínculo do afeto, tendo em vista que este aproxima as pessoas.<sup>50</sup>

Neste entendimento, Maria Berenice Dias ensina que nos artigos 1.596 do Código Civil e também na norma constitucional (CF 227, § 6º):

Os filhos, havidos ou não na relação de casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designação discriminatória relativas a filiação.<sup>51</sup>

Nessa mesma linha, Giselda Hironaka preconiza que pouco importa sua origem, se resultantes de um matrimônio, de uma união estável, de uma relação adultera, incestuosa e, até mesmo, eventual, todos são filhos perante a lei. A distinção que era feita num passado não muito remoto – entre filhos legítimos, legitimados, ilegítimos e adotivos – deu lugar a uma regra de isonomia, preconizada pela Constituição Federal que, “em seu artigo 227, § 6º, igualou os direitos de todos os filhos e proibiu a designação discriminatória entre eles.”<sup>52</sup>

Ainda neste entendimento, o Estatuto da Criança e do Adolescente abrange os direitos já colocados:

Desse modo, o ECA tem como pano de fundo a Carta de 1988 que promove a proteção integral da criança e do adolescente, em respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana.

<sup>48</sup> HIRONAKA, Giselda M. F. Novaes. *Direito Civil: Direito de Família*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p. 190.

<sup>49</sup> LÔBO, Paulo. *Direito civil: Famílias*. 4ª Ed. São Paulo: Saraiva 2011. p.22.

<sup>50</sup> PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de Direito Civil: Direito de família*. 18. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. p. 322.

<sup>51</sup> DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das Famílias*. 8. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2011. p. 359

<sup>52</sup> HIRONAKA, Giselda M. F. Noves. *Direito Civil: Direito de Família*. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2008. p.190.

Assim, pessoa em desenvolvimento, razão pela a qual a proteção além de integral deve mobilizar família, sociedade e Estado para a concreção dos seus direitos com absoluta propriedade, consoante disposição do artigo 227, caput.<sup>53</sup>

## 1. 6 Poder Familiar

### 1.6.1 Conceito e suas características

No Direito Civil, a matéria que sempre sofreu diversas alterações, foi o instituto de família, visto que, inicialmente, o conceito da família brasileira foi norteado pela concepção romana, a qual visava às relações religiosas e patrimoniais e não as relações afetivas como hoje.<sup>54</sup>

Expostas anteriormente, diversas foram às mudanças existentes na consonância da família, sendo essas, por exemplo, com a existente entre os conceituados no Código Civil de 1916 e a vigente Constituição.

A característica que diferencia a nuclearidade do grupo familiar contemporânea da família dos tempos remotos, é que sua composição. Antigamente era composto pela esposa, marido, genitores dos cônjuges, tios, primos e atualmente é formada basicamente por pais e filhos. Os fatores que motivam essa mudança é o cultural, econômico e social.

Com base no que dispõe Silvio Rodrigues, *pátrio poder*, denominação gerada no direito Romano antigo, dava significado para o poder familiar atual. *O pátrio poder* tratava de um direito autoritário, consideravelmente ilimitado, cujo êxodo era reforçar a autoridade paterna, remetendo o nome a figura do “pai”, consolidando a família romana da época, como este sendo o verdadeiro representante da família.

Na vigência do Novo Código Civil de 2002, a palavra *pátrio poder* foi mudada por poder familiar, representando como direitos e deveres atribuídos aos pais, perante seus filhos menores, não emancipados e seus bens, cujo destino é protegê-los.<sup>55</sup>

---

<sup>53</sup> VENCELAU, Rose Melo. *O Elo Perdido da Filiação: entre a verdade jurídica, biológica e afetiva no estabelecimento do vínculo paterno-filial*. Recife: Renovar. 2004. p. 47.

<sup>54</sup> LIRA, Wladimir Paes de. Direito da criança e do adolescente à convivência familiar e uma perspectiva de efetividade no direito brasileiro. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Coord.) *Família e responsabilidade: teoria e prática do direito de família*. Porto Alegre: Magister, 2010. p. 526.

<sup>55</sup> RODRIGUES, Silvio. *Direito Civil. Direito de Família*. 27. Ed. Editora Saraiva. 2002. v. 6. p. 395-398.

Ao utilizar a nomenclatura “poder família”, deixa mais evidente que a educação e criação dos filhos são do pai e da mãe, em igualdade de condições, em consideração à Constituição Federal de 1988.

Tratado no Código Civil de 1916, o poder familiar trata como pátrio poder e demonstra as alterações do Novo Código, bem como suas características e causas de extinção e suspensão.

Como conceitua o doutrinador Carlos Roberto Gonçalves, “poder familiar é o conjunto de direitos e deveres atribuídos aos pais, no tocante à pessoa e aos bens dos filhos menores.”<sup>56</sup>

Preleciona Carlos Roberto Gonçalves conceitua sobre este assunto:

Os filhos adquirem direitos e bens, sem ser por via de sucessão dos pais. Há, pois, que defender e administrar esses direitos e bens; e para este fim, representa-los em juízo ou fora dele. Por isso, aos pais foi concedida ou atribuída uma função semipública, designada poder parental ou pátrio poder, que principia desde o nascimento do primeiro filho, e se traduz por uma série de direitos-deveres, isto é, direitos em face de terceiros e que são, em face dos filhos, deveres legais e morais.<sup>57</sup>

No entendimento de Roberto Lisboa, poder familiar “é a autorização legal para atuar segundo os fins de preservação da unidade familiar e do desenvolvimento biopsíquico dos seus integrantes”.<sup>58</sup>

Ensina Silvio Venosa

Por exclusivo ato de sua vontade, os pais não podem renunciar ao pátrio poder. [...] O poder familiar é indivisível, porém não seu exercício. Quando se tratar de pais separados, cinde-se o exercício do poder familiar, dividindo-se as incumbências. [...] o poder familiar também é imprescritível. Ainda que, por qualquer circunstância, não possa ser exercido pelos titulares. Somente a extinção, dentro das hipóteses legais, poderá terminá-lo.<sup>59</sup>

Nota-se que o modelo patriarcal do passado extinguiu-se, deixando de existir o *pater famílias*, passando este cargo para a família, aonde é resguardado a proteção aos filhos. Tendo tal referência, descreve Silvio da Salvo Venosa ao relatar:

<sup>56</sup> GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito Civil Brasileiro: Direito de família*. 8. Ed. São Paulo: Saraiva, 2011, v. 6.

<sup>57</sup> GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito Civil Brasileiro: Direito de família*. 8. Ed. São Paulo: Saraiva, 2011, v. 6. p. 367.

<sup>58</sup> LISBOA, Roberto S. *Manual de Direito Civil: Direito de família e das Sucessões*. 3. Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004. p. 268.

<sup>59</sup> VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito Civil: Direito de Família*. 6. São Paulo: Editora Saraiva: 2006. p. 324.

Na noção contemporânea, o conceito transfere-se totalmente para o princípio de mutua compreensão, a proteção dos menores e os deveres inerentes, irrenunciáveis e inafastáveis da paternidade e maternidade. O pátrio poder, poder familiar ou pátrio dever, nesse sentido, tem em vista primordialmente a proteção dos filhos menores a convivência de todos os membros do grupo familiar deve ser lastreado não em supremacia, mas em diálogo, compreensão e entendimento.<sup>60</sup>

Assim, os filhos vieram a ter seu maior reconhecimento e a família consecutivamente tornou-se base da sociedade e assim responsável pelo bem da criação dos mesmos, procurando sempre o melhor perante o filho.<sup>61</sup>

O poder familiar possibilita o dever e obrigação nativa da filiação, que é encarregado da alimentação, vestuário, lazer, educação, saúde, entre outros que devem ser repassados na criação dos filhos. Estes deveres e obrigações deveram ser realizados pelos genitores visando o bem dos filhos melhores.

Assim sendo, Maria Helena Diniz caracteriza o poder familiar como *múnus público*,

Isto é, uma espécie de função correspondente de um cargo privado, sendo o poder familiar um direito-função e um poder-dever, que estaria numa posição intermediária entre o poder e o direito subjetivo.<sup>62</sup>

Carlos Roberto Gonçalves assevera sobre o conceito de *múnus público*, “é o Estado que define normas para seu exercício, este também tem grande interesse no seu desempenho correto”.<sup>63</sup>

Assevera Lôbo apud Dias:

Assim, o poder familiar, sendo menos poder e mais dever, converteu-se em *múnus*, concebido como encargo legalmente atribuído a alguém, em virtude de certas circunstâncias, a que se não pode fugir. O poder familiar dos pais é ônus que a sociedade organizada a eles atribui, em virtude da circunstância da parentalidade, no interesse de outrem.<sup>64</sup>

Roberto Lisboa aduz sobre o assunto ao falar

<sup>60</sup> VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito de Família*. v. 2, São Paulo: Editora Saraiva, 2011. p. 319.

<sup>61</sup> NADER, Paulo. *Curso de Direito civil: direito de família*. 4. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. p. 349.

<sup>62</sup> DINIZ, Maria Helena. *Curso de Direito Civil Brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 2010. v.5, p. 553.

<sup>63</sup> GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito Civil brasileiro*. p. 369.

<sup>64</sup> DIAS, Maria Berenice; PEREIRA, Rodrigo da Cunha. *Direito de família e novo código civil*. 3. Ed. Belo horizonte: Del Rey, 2007. p. 179-180.



Releva-se um autêntico *munus* legal, pois o poder familiar importa não apenas em direitos sobre a pessoa do incapaz e seus bens, como também em deveres pessoais e patrimoniais sobre o filho.<sup>65</sup>

Maria Helena Diniz ensina no que diz respeito ainda sobre o assunto, o poder familiar é irrenunciável, não podendo os genitores abrir mão. É inalienável, não podendo os responsáveis transferir para outrem, ainda que de maneira livre, ocorrendo a carência dos genitores desejarem transferir tal obrigação como forma de prevenção de uma situação irregular do sujeito passo, pode-se efetuar uma delegação, sendo esta a única exceção permitida pelo ordenamento jurídico.<sup>66</sup>

Neste sentido, ensina Sílvio de Salvo Venosa:

Por exclusivo ato de sua vontade, os pais não podem renunciar ao pátrio poder. [...] O poder familiar é indivisível, porém não seu exercício. Quando se tratar de pais separados, cinde-se o exercício do poder familiar, dividindo-se as incumbências. [...] o poder familiar também é imprescritível. Ainda que, por qualquer circunstância, não possa ser exercido pelos titulares. Somente a extinção, dentro das hipóteses legais, poderá terminá-lo.<sup>67</sup>

O poder familiar, devido às suas características, é importante instituto jurídico, tanto que há diversos direitos e deveres dos pais explícitos e implícitos na Constituição Federal. Ainda, verifica-se que os filhos possuem, em todos os artigos explanados, proteção especial, já que, enquanto menores, necessitam de um maior apoio dos pais.

---

<sup>65</sup> LISBOA, Roberto. *Manual de direito civil: direito de família e das sucessões*. p. 269.

<sup>66</sup> DINIZ, Maria Helena. *Curso de Direito Civil Brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 2010. v.5, p. 554.

<sup>67</sup> VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito civil: direito de família*. 6. Ed. São Paulo: 2006. p. 324.

## 2 RESPONSABILIDADE CIVIL

Ao pesquisar o conceito de responsabilidade no dicionário Aurélio, é encontrado o seguinte: “obrigação de responder pelas ações próprias ou dos outros.”<sup>68</sup> O estudo da responsabilidade civil conglomerava o conjunto todo de princípios e normas que regem esta obrigação de reparar o dano, de indenizar.

No presente capítulo abordará a evolução histórica até os dias atuais da responsabilidade civil, conceituando-a, em seguida explicando sobre cada uma das suas espécies, essas podendo ser subjetiva ou objetiva, contratual ou extracontratual, como será explicado nos próximos pontos e seus elementos essenciais para configurar a responsabilidade civil.

### 2.1. Evolução histórica da responsabilidade civil

A responsabilidade civil originou-se como forma de Estado Democrático de Direito convalidar o julgador a aplicar uma pena pecuniária aquele que causar dano a outrem. A noção de responsabilidade civil já se ajeitava no que diz respeito a reparar um dano causado a outrem, injustamente. Ocorre que essa noção foi se aperfeiçoando com o tempo e deixou de ter uma aparência pré-histórica.<sup>69</sup>

Tendo em vista o conceito de responsabilidade civil, foi no Direito Romano que começou a dar forma a esta responsabilidade, mas de maneira diferente de como é conhecida hoje em dia, pois naquela época era através da vingança pessoal que aquele que eram prejudicados reparava o dano sofrido. A isso se abrevia a famosa “Lei de Talião”, cuja expressão até os tempos atuais é conhecida é a frase “olho por olho, dente por dente”.

Segundo Vanessa Bitencourt coloca, o Estado estando no centro da sociedade, “o Poder Público passa a ter maior controle das ações humanas e as primeiras legislações vão sendo criadas.”<sup>70</sup> Dessa maneira, a responsabilidade civil passa a ter vinculação com indenizações e, inicialmente, essas indenizações eram controladas pelo Poder Público, responsável por determinar qual seria a quantia indenizatória, numa espécie de multa fixa.

<sup>68</sup> AURÉLIO. Significado de responsabilidade civil. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/aurelio-2/> Acesso em: 02 out 2018.

<sup>69</sup> BITTENCOURT, Vanessa. *Responsabilidade Civil no Direito de Família: Aspectos relevantes da Responsabilidade Civil no Direito de Família*. Disponível em: <https://vanbittencourt.jusbrasil.com.br/artigos/306634668/responsabilidade-civil-no-direito-de-familia> Acesso em: 20 mai. 2018

<sup>70</sup> Ibidem

O conceito de responsabilidade civil foi logo se aperfeiçoando, assim que as diversas sociedades foram se aperfeiçoando. A chamada responsabilidade aquiliana acabou sendo o marco da evolução histórica desse conceito.

Isso pois, a Lex Aquilia, que deriva do nome responsabilidade aquiliana, decidiu este instituto, inicialmente, em responsabilidade delitual ou extracontratual.

O maior progresso deste instituto por hora conceituado ocorreu com a vinda da *Lex Aquilia* – o devedor respondia pela dívida com seu próprio corpo<sup>71</sup> - dando origem a responsabilidade civil delitual ou extracontratual, esta também denominada por responsabilidade aquiliana.

Pablo Stolze e Rodolfo Pomplona relatam:

Um marco na evolução histórica da responsabilidade civil se dá, porém, com a edição da Lex Aquilia, cuja importância foi tão grande que deu nome à nova designação da responsabilidade civil delitual ou extracontratual<sup>72</sup>.

Essa legislação ressaltou por apresentar a mudança da multa implantada por uma pena proporcional ao dano causado.

A maior ênfase desta lei foi à substituição da multa fixa por uma indenização que era determinada de acordo com o dano causado.

Cada vez mais a responsabilidade civil foi se conceituando ficando mais próxima do que é hoje em dia.

A autora Vanessa Bittencourt<sup>73</sup> da como exemplo com o Código Civil de Napoleão, sendo a responsável pelo culpa de onde começou a ser um aspecto relevante na aplicação da pena e os danos morais também começavam a aparecer, em adição aos danos materiais existentes desde o Direito Romano. E esses dois conceitos foram vastamente empregados nas legislações que persistiram, sendo que o Código Civil brasileiro os abrigou desde seu aparecimento.

A responsabilidade civil passa por diversas transformações diárias, visando sempre atender às carências que vem surgindo no âmbito social. Essa entidade de direito civil já trouxe máximo desenvolvimento nos últimos 100 anos.

---

<sup>71</sup> ALVES, José Carlos Morereira. *Direito Romano*. 14. ed. Rio de Janeiro. Forense, 2007. p. 382-436.

<sup>72</sup> GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. *Novo curso de direito civil*. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2004. v. 3.

<sup>73</sup> BITTENCOURT, Vanessa. *Responsabilidade Civil no Direito de Família: Aspectos relevantes da Responsabilidade Civil no Direito de Família*. Disponível em: <<https://vanbittencourt.jusbrasil.com.br/artigos/306634668/responsabilidade-civil-no-direito-de-familia>> Acesso em: 20 mai. 2018

Como coloca o autor Pablo Stolze, o apreciar de responsabilidade civil, “em reparar o dano injustamente causado, por ser próprio da natureza humana, sempre existiu.”<sup>74</sup> Ocorre que essa apreciação ao decorrer do tempo sofreu uma grande transformação.

Segundo o doutrinador Pamplona Stolze Gagliano, o Direito Romano deu raiz ao instituto da responsabilidade civil, advindo de uma vingança pessoal, sendo uma forma por certo grosseira de se colocar, porém, tolerante ao ponto de vista humano, da forma válida em reação pessoal versus o mal tolerado.<sup>75</sup>

Depois da origem da Lei das XII Tábuas, considerado marco do Direito Romano, ainda era admissível constatar a apresentação da chamada Pena do Tabelaio, que origina o termo “olho por olho, e dente por dente”.

No decorrer do tempo, o zelo desta pena, contudo, incidiu a ser caracterizada pela intervenção do poder público, que nas palavras de Pablo Saul, “poderia permiti-la ou proibi-la.”<sup>76</sup>

Em seguida, ainda fortificando a Lei das XII Tábuas, deu início ao período da composição tarifada, onde a competente lei gerava o *quantum* (quantia) para a indenização, adequando o caso visível. Nas expressões de Alvino Lima: “é a reação contra a vingança privada, que é abolida e substituída pela composição obrigatória”.<sup>77</sup>

## 2.2 Conceito de Responsabilidade Civil

Diferentemente do Código atual, o anterior, datado em 1916<sup>78</sup>, dedicando-se em poucos dispositivos no tocante do instituto da Responsabilidade Civil. Em uma visão geral, nota-se que a responsabilidade civil abordada no código antigo era a subjetiva, a qual, para ser de fato contabilizada, deveria conter o elemento “culpa”, *lato sensu*, que representava o dolo e a culpa *stricto sensu*.

<sup>74</sup> GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. *Novo curso de direito civil*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2004. v. 3.

<sup>75</sup> Ibidem

<sup>76</sup> SANTOS, Pablo de Paula. Responsabilidade civil: origem e pressupostos gerais. *Revista âmbito jurídico*. <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=11875](http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11875)> . Acesso em: 22 mai. 2018.

<sup>77</sup> LIMA, Alvino. *Culpa e risco*. 2. Ed. São Paulo. Revista dos Tribunais, 1999.

<sup>78</sup> BRASIL. *Lei Nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916*. Instituiu o Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L3071.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm)>. Acesso em: 23 mai 2018.

Ao longo do tempo, ao que diz respeito sobre este tema, Pablo de Saul<sup>79</sup> relata que “a tendência na sociedade é no sentido de não deixar nenhuma vítima de dano sem reparação.” Desta maneira, atenta diretamente no que tange a responsabilidade civil, visto que leva a expansão dos danos suscetíveis de indenização.<sup>80</sup>

A ideia que relaciona a responsabilidade civil é a noção de não prejudicar o outro, ou seja, ao faltar com a mencionada, medidas são postas para que obriguem uma pessoa reparar dano causado a outrem em razão de sua ação ou omissão. Assim, Rui Stoco já dizia:

A noção da responsabilidade pode ser haurida da própria origem da palavra, que vem do latim *respondere*, responder a alguma coisa, ou seja, a necessidade que existe de responsabilizar alguém pelos seus atos danosos. Essa imposição estabelecida pelo meio social regrado, através dos integrantes da sociedade humana, de impor a todos o dever de responder por seus atos, traduz a própria noção de justiça existente no grupo social estratificado. Revela-se, pois, como algo inarredável da natureza humana.<sup>81</sup>

Silvio Rodrigues expõe “A responsabilidade civil é a obrigação que pode incumbir uma pessoa a reparar o prejuízo causado a outra, por fato próprio, ou por fato de pessoas ou coisas que dela dependam.”<sup>82</sup>

Na visão do doutrinador De Plácido e Silva, responsabilidade civil é:

Dever jurídico, em que se coloca a pessoa, seja em virtude de contrato, seja em face de fato ou omissão, que lhe seja imputado, para satisfazer a prestação convencionada ou para suportar as sanções legais, que lhe são impostas. Onde quer, portanto, que haja obrigação de fazer, dar ou não fazer alguma coisa, de ressarcir danos, de suportar sanções legais ou penalidades, há a responsabilidade, em virtude da qual se exige a satisfação ou o cumprimento da obrigação ou da sanção.<sup>83</sup>

Segundo Maria Helena Diniz, responsabilidade civil é definida com:

[...] a aplicação de medidas que obriguem alguém a reparar dano moral ou patrimonial causado a terceiros em razão de ato do próprio imputado, de

<sup>79</sup>SANTOS, Pablo de Paula. *Responsabilidade civil: origem e pressupostos gerais*. Revista âmbito jurídico. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=11875](http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11875)>. Acesso em: 22 mai. 2018.

<sup>80</sup>Santos, Pablo de Paula. *Responsabilidade civil: origem e pressupostos gerais*. Revista âmbito jurídico. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=11875](http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11875)>. Acesso em: 22 mai. 2018.

<sup>81</sup> STOCO, Rui. *Tratado de responsabilidade civil: doutrina e jurisprudência*. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. p. 114.

<sup>82</sup> RODRIGUES, Silvio. *Direito Civil. Direito de Família*. 27. Ed. São Paulo: Saraiva, 2003. p. 6.

<sup>83</sup> SILVA, De Plácido e. *Vocabulário jurídico conciso*. 1. Ed. Rio de Janeiro. Forense, 2008.

pessoa por quem ele responde, ou de fato de coisa ou animal sob sua guarda ou, ainda, de simples imposição legal.<sup>84</sup>

Para o autor Sérgio Cavalieri Filho, a definição de responsabilidade civil é o dever da recomposição do dano decorrente de uma violação de um dever jurídico originário. “Só se cogita, destarte, de responsabilidade civil onde houver violação de um dever jurídico e dano”. Ou seja, quem casou o dano é o responsável a “ressarcir o prejuízo decorrente da violação de um precedente dever jurídico.”<sup>85</sup>

Distinto da colocação feita por Maria Helena Diniz, Sérgio Cavalieri Filho tem como ideia principal o dever jurídico, alargando, de certa forma, a definição, pois, nestes moldes toda conduta humana que violar dever jurídico e vier a causar prejuízo para outrem, pode ser objeto de reparação de danos.

### 2.3 Espécies de responsabilidade civil

A palavra responsabilidade do latim *re-spondere*, é lecionada pelo autor Carlos Roberto Gonçalves: “encerra a ideia de segurança ou garantia da restituição ou compensação do bem sacrificado”.<sup>86</sup>

Como menciona Marciel Barreto Casabona, responsabilidade civil é um ramo do direito civil que cuida do dever de alguém indenizar o prejuízo sofrido por outro, só sendo configurado de fato se o dano visado vigorar “o dever de respeito dos indivíduos ao direito alheio”<sup>87</sup>.

No campo do direito civil, todas as vezes que alguém causar um dano a outro, nasce a obrigação de ressarcir ou compensar o prejuízo para aquele que sofreu o dano. Assim, a responsabilidade civil consiste em atribuir à obrigação de indenizar e/ou compensar uma pessoa perante a “vítima”, pelos danos causados.

Para que seja de fato caracterizada a responsabilidade civil, é necessária a presença de alguns elementos e pressupostos. Flávio Tartuce observa que não existe de fato

<sup>84</sup> DINIZ, Maria Helena. *Curso de direito civil brasileiro*. 17.ed. (aument. E atual. De acordo com o Novo Código Civil – lei nº 10406, de 10-1-2002). São Paulo: Saraiva, 2003, 7.v.

<sup>85</sup> CAVALIERI FILHO, Sérgio. *Programa de responsabilidade civil*. 7ª ed. São Paulo : Atlas, 2007.

<sup>86</sup> GONÇALVES, Carlos Roberto. *Responsabilidade civil*. p.13.

<sup>87</sup> CASABONA, Marciel Barreto. *Responsabilidade civil no direito de família*. In: DONNI, Rogério; NERY, Rosa Maria Barreyo Borriello de Andrade (Org.). *Responsabilidade civil: estudos em homenagem ao professor Rui Geraldo Camargo Viana*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. cap. 17, p.358.

um consenso na doutrina sobre quais seriam esses elementos, mas em regra, quatro foram as que prevaleceram: *conduta humana*; *nexo causal*; *dano*; e *culpa lato sensu*.<sup>88</sup>

Salientando que a culpa lato sensu não é elemento essencial, pois, exclusivamente, a responsabilidade civil é caracterizada independentemente de culpa.

Inicialmente, no próximo tópico, listarei as espécies de responsabilidade civil, em seguida pontuarei os elementos acima citados.

### 2.3.1 Responsabilidade civil subjetiva e objetiva

A responsabilidade civil subjetiva se conceitua como aquela que pressupõe a existência de culpa *lato sensu*, levando de fato a obrigação de indenizar ou compensar. No artigo 186 do Código Civil, prevê essa regra: “aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”.<sup>89</sup>

Em contrapartida, na responsabilidade civil objetiva, é aquela que dispensa a alegação de culpa para seu conceito, ou seja, é apenas observado o dano causado, o responsável que causou e ao grau do dano. Se forem constatados esses pressupostos em determinada situação, não importa se a pessoa teve muita ou pouca intenção de causar dano, arcará com todos os danos por ele causados de qualquer forma.

Diante disto, o autor Sergio Cavalieri explica nas palavras dele que “todo prejuízo deve ser atribuído ao seu autor e reparado por quem causou independente de ter ou não agido com culpa”<sup>90</sup>. Em seguida, explica a solução deste problema na relação de nexo de causalidade, sendo desnecessário qualquer juízo de valor sobre a culpa.

Ainda nesta linha, este conceito também é explicado pelo Código Civil de 2002 em seu artigo 927:

Haverá obrigação de reparar o dano, independente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem<sup>91</sup>

<sup>88</sup> TARTUCE, Flávio. *Direito das obrigações e responsabilidade civil*. 2.v. 353-354. p.

<sup>89</sup> BRASIL. Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002.. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm)> Acesso em: 02 out 2018.

<sup>90</sup> CAVALIERI FILHO, Sérgio. *Programa de responsabilidade civil*. 9. Ed. Rev. E ampl. São Paulo: Atlas, 2010.

<sup>91</sup> BRASIL. Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm)> Acesso em: 02 out 2018.

A responsabilidade civil no Direito de Família é subjetiva, exigindo para sua configuração juízo de censura do agente capaz de entender a ilicitude de sua conduta. Enfim, exige-se comportamento culposos ou doloso, de tal sorte que só se pode pleitear ressarcimento, se comprovado que o chamado a indenizar agiu com culpa ou dolo.

### 2.3.2 Responsabilidade civil contratual e extracontratual

No que diz respeito responsabilidade civil contratual, Flávio Tartuce ensina que seu surgimento é “em razão da desobediência de uma regra estabelecida em um contrato”, enquanto a responsabilidade extracontratual, podendo ser chamada de *aquiliana*, decorre “por deixar determinada pessoa de observar um preceito normativo que regula a vida”.<sup>92</sup>

A responsabilidade civil contratual é causa de danos em inadimplementos de uma obrigação, tendo previsão legal nos artigos 389 e seguintes do Código Civil e a responsabilidade civil extracontratual está contida nos artigos 186 a 188 e 927 do Código Civil demonstram a positivação da responsabilidade extracontratual. Ela decorre da quebra do dever geral de não lesar ninguém.

O autor Inácio Carvalho Neto, considera desnecessária a distinção entre essas duas espécies de responsabilidade civil, visto que os pressupostos e efeitos de uma e de outra são os mesmos.<sup>93</sup>

Já para o autor Carlos Roberto Gonçalves, existem dois pontos de grande diferença entre as duas. A primeira refere-se ao ônus da prova. A responsabilidade civil contratual, basta o credor (vítima) mostrar a falta da obrigação que o autor teve com o devedor (autor do dano), cabendo este provar que o inadimplemento não se deu por sua culpa. Já na responsabilidade civil extracontratual é da vítima o ônus de provar a culpa de quem causou o dano. A segunda distinção dos tipos de responsabilidade se relaciona a capacidade do agente. Na responsabilidade contratual, só irá existir a obrigação de indenizar se os contratantes forem capazes no momento da celebração do contrato. Já na extracontratual, só haverá essa responsabilidade “ainda que o agente seja incapaz, ficando obrigado a seu responsável ou, excepcionalmente, o próprio inimputável, por força do artigo 928 do Código Civil”<sup>94</sup>

---

<sup>92</sup> TARTUCE, Flávio. Direito civil: *Direito das obrigações e responsabilidade civil*. 2. v. São Paulo: Método, 2010.

<sup>93</sup> CARVALHO NETO, Inacio de. *Responsabilidade civil no direito de família*. Curitiba: Juruá, 2011.

<sup>94</sup> GONÇALVES, Carlos Roberto. *Responsabilidade civil*. São Paulo: Saraiva, 2011.



## 2.4 Elementos essenciais da responsabilidade civil

Como foi colocado anteriormente, são quatro os elementos essenciais da responsabilidade civil: conduta humana, nexo causal, dano e culpa. Sendo esse último, não essencial, pois, exclusivamente, haverá responsabilização sem culpa.

### 2.4.1 Conduta humana

A conduta humana é incide sob ação ou omissão voluntária praticada por alguém, o qual se caracteriza como um ato ilícito, um ato abusivo de direito ou ainda, exclusivamente, um ato lícito.

Para que haja a conduta humana, é necessária à vontade. Como exemplo, na hipótese de um dano causado por coação física irresistível não há conduta voluntária, muito menos responsabilidade, uma vez que o agente não tem finalidade de agir, sendo aproveitado como mero instrumento. Diferentemente da coação moral, em que age voluntariamente, pois este tem a opção de praticar ou não, e se praticar, age com vontade.

Segundo leciona Rui Stoco, a conduta voluntária é a intenção ou não de praticar a ação ou omissão em si. Por outro lado, na ação culposa ou dolosa, parte do pressuposto de que teve vontade e passa a averiguar a consciência que a pessoa teve ou deve ter em relação às decorrências danosas de seus atos.<sup>95</sup>

### 2.4.2 Nexo causal

Outro elemento a ser analisado é o nexo causal ou nexo de causalidade. Já dizia Sergio Cavalieri Filho: “é o vínculo, a ligação, ou relação de causa e efeito entre a conduta e o resultado”.<sup>96</sup>

É necessária verificar a forma praticada pelo agente para ver se deu causa ao resultado do dano sofrido pela vítima. Ou seja, o nexo causal é a conexão entre uma conduta e um resultado, em que um resultado do outro.

O desafio encontrado pela doutrina e jurisprudência é visualizar quando de fato esses critérios são existentes em cada caso. Melhor dizendo, o complexo de se ver em cada caso quais são as causas responsáveis pelo dano. Surge essa dificuldade, especialmente, quando a conduta aparente capaz de gerar o dano.

<sup>95</sup> STOCO, Rui. *Tratado de responsabilidade civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011

<sup>96</sup> CAVALIERI FILHO, Sergio. *Programa de responsabilidade civil*. São Paulo: Atlas, 2009.

### 2.4.3 Dano

O dano é elemento essencial da responsabilidade civil. Não há que se falar em indenizar ou compensar sem ocorrência de um resultado danoso. O autor Rui Stoco leciona que o dano “traduz unidade e sentido de diminuição ou detrimento de um patrimônio ou ofensa a um bem jurídico protegido”<sup>97</sup>.

Dessa forma, diz a grande maioria da doutrina que os danos, quanto à natureza do bem lesado, podem ser materiais (ou patrimoniais) e morais (ou extrapatrimoniais).

Os danos materiais atingem direitos patrimoniais, o patrimônio da pessoa. Já os danos morais atingem direitos da personalidade, a própria pessoa. De certa forma, só ato ilícito pode causar dano material e dano moral. Tendo em vista o que foi colocado, ocorrerá uma obrigação de indenização do primeiro em compensar o segundo. Neste sentido, foi editada a súmula 37 do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual “são cumuláveis as indenizações por dano material e dano moral oriundos do mesmo fato”.

O dano material consiste na diminuição do patrimônio da vítima. Isso pode ocorrer em relação a patrimônio já existente ou a patrimônio que inequivocamente iria ser obtido pela vítima no futuro, em que razoavelmente se deixou de lucrar.

O dano moral é a lesão que fere um direito da personalidade, melhor dizendo, um direito fundamental essencial da pessoa, como a vida, integridade física, imagem, honra, intimidade, nome, liberdade, entre outros. Carlos Roberto Gonçalves adverte que o dano moral não pode ser confundido com

A dor, a angústia, o desgosto, a aflição espiritual, a humilhação, o complexo que sofre a vítima do evento danoso, pois esses estados de espírito constituem o conteúdo, ou melhor, a consequência do dano”<sup>98</sup>.

Outro dano marcante é o dano estético. Segundo Teresa Ancona Lopes, três são os elementos capazes de caracterizar o dano estético, a saber: transformação para pior, permanência ou efeito danoso prolongado e localização na aparência externa da pessoa.

Serpa Lopes tinha sua ideia acerca do dano estético

[...] um prejuízo que pode ser corrigido in natura, através dos milagres da cirurgia plástica, cuja operação negavelmente se impõe como incluída na reparação do dano e na sua liquidação. Por conseguinte, o dano estético só

<sup>97</sup> STOCO, Rui. *Tratado de responsabilidade civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011

<sup>98</sup> GONÇALVES, Carlos Roberto. *Responsabilidade civil*. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 628

pode ter lugar quando se patenteia impossível corrigir o defeito resultante do acidente através dos meios cirúrgicos especializados.<sup>99</sup>

Em que pese à autoridade do renomado jurista, a doutrina mais moderna tem entendido que a correção, para afastar uma eventual indenização a título de dano estético, deve se dar de forma natural, conquanto ninguém pode ser obrigado a submeter-se a uma cirurgia, mesmo que seja para corrigir um dano.

---

<sup>99</sup> LOPES, Miguel Maria de Serpa. *Curso de direito civil. Fontes acontratuais das obrigações – Responsabilidade civil*. v. 5. 5. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2000.

### 3 RESPONSABILIDADE CIVIL DECORRENTE DO ABANDONO AFETIVO

Neste capítulo, realizar-se-á contextualização a respeito do que é o Abandono Afetivo, especialmente a posição doutrinária e jurisprudencial a cerca deste assunto, bem como das suas implicações decorrentes da responsabilidade civil, assunto o qual foi conceituado no capítulo anterior.

O abandono afetivo filial/parental, que também pode ser denominado como abandono afetivo, vem passando por diversas discussões acadêmicas, jurídicas e doutrinárias, sendo grande objeto de discussão desde os anos 2000 até a presente data<sup>100</sup>, como serão apresentadas neste capítulo.

#### 3.1 Conceito de abandono afetivo

Inicialmente, como conceitua o Dicionário Aurélio, abandono significa “deixar ao desamparo; deixar só”<sup>101</sup> e afetividade “faculdade afetiva; qualidade do que é afetivo”.<sup>102</sup>

Segundo o autor Charles Bicca coloca na sua obra, o abandono afetivo é uma das violências mais diferentes e graves que pode ser praticada contra o Ser Humano, pois é duradoura, covarde e, sobretudo, age de forma que não pode perceber, sem ter noção do que pode gerar na formação da vida pessoal do indivíduo abandonado. É a morte em vida, sobre aquele que sofre esse abandono, gerando danos psicológicos, impossibilitando inclusive aqueles que vivem diariamente com eles, genitoras (ou genitores), de solucionar a angústia diária, pois a solução quase nunca esta no alcance deles.<sup>103</sup>

É de suma importância compreender que a denominação “abandono afetivo” é de difícil delimitação, de igual modo a sua comprovação, a ser dura e de difícil constatação, além de ser objeto de grande discussão por parte dos operadores do Direito.

Posto isso, a terminologia *abandono afetivo* talvez não seja o mais adequado, pois o objetivo da indenização de fato não seja a de amar, mas sim de cuidar, educar, dar auxílios para a formação do filho, ser humano em formação. Entretanto, seria uma incansável

<sup>100</sup> BRASIL, Superior Tribunal de Justiça, Recurso Especial, *Resp nº 757.411/MG*, Quarta Turma, Rel. Min. Fernando Gonçalves. Brasília, 29 de novembro de 2005. Disponível em <[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=595269&num\\_registro=200500854643&data=20060327&formato=PDF](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=595269&num_registro=200500854643&data=20060327&formato=PDF)>. Acesso em: 05 de agosto de 2018

<sup>101</sup> AURÉLIO. Significado de abandono. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/aurelio-2/> Acesso em: 02 out 2018.

<sup>102</sup> Ibidem

<sup>103</sup> BICCA, Charles. *Abandono Afetivo: o dever de cuidado e a responsabilidade civil por abandono de filhos*. Brasília, DF: OWL, 2015. p.14.

luta mudar essa terminologia, ficando mais fácil e coerente deixar claro a obrigação de cuidar e não a de afeto<sup>104</sup>.

Para uma melhor compreensão, o laço afetivo que é criado entre pai e filho, compreende a relação que é estabelecida e criada, gerando consequências que irão ser levadas por toda a vida da criança. Como já foi colocado, é necessário entender que a classificação do termo “pais”, é qualquer pessoa que assuma o papel de criar, cuidar educar a criança, podendo esses ser os primos, avós, tios, pais naturais ou civis ou qualquer pessoa responsável juridicamente pela criança.

Nota-se que esta temática vem passando por diversos avanços, sendo a mutação sociológica uma das suas justificativas, de igual forma pela inovação trazida ao ordenamento jurídico, com a introdução da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002<sup>105</sup>, responsável Código Civil Brasileiro atual, alinhando e mudando a redação que possuíam os preceitos constitucionais trazidos na Magna Carta de 1998.

Diferentemente do Código atual, o anterior, datado em 1916<sup>106</sup>, dedicando-se em poucos dispositivos no tocante do instituto da Responsabilidade Civil. Em uma visão geral, nota-se que a responsabilidade civil abordada no código antigo era a subjetiva, a qual, para ser de fato contabilizada, deveria conter o elemento “culpa”, *lato sensu*, que representava o dolo e a culpa *strito sensu*, como foi abordada no capítulo anterior, o qual explica de maneira clara a respeito da Responsabilidade Civil.

Já explicado nos capítulos anteriores, o Direito de Família passou por diversas mudanças. Sendo o código antigo responsável por regularizar a família originalmente constituída pelo casamento, pode-se levar em conta que o modelo de familiar patriarcal hierarquizado idealizado naquela época, é uma legislação discriminatória<sup>107</sup>, dando distinção aos filhos que foram concebidos na constância do casamento e dos havidos fora, considerando-os ilegítimos.

No que lida o Código Civil atual, novas composições mudam os elementos das relações familiares e da desconsideração de distinção entre os filhos. Além disso, outros valores norteiam a formação familiar, como o respeito, o cuidado e a solidariedade, ensejando, também, nos aspectos da responsabilidade como dever de proteção e de cuidado,

<sup>104</sup> BICCA, Charles. *Abandono Afetivo: o dever de cuidado e a responsabilidade civil por abandono de filhos*. Brasília, DF: OWL, 2015. p.41.

<sup>105</sup> BRASIL. *Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. Institui o Código Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm)>. Acesso em: 05 de agosto 2018.

<sup>106</sup> BRASIL. *Lei Nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916*. Instituída o Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L3071.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm)>. Acesso em: 05 de agosto de 2018.

<sup>107</sup> DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das Famílias*. 10ª ed. São Paulo. Revista dos Tribunais, 2015, p. 32.

recíprocos entre pais e filhos, numa dinâmica de vida em comum de membros comprometidos com os rígidos laços afetivos, proporcionando o bem-estar de todos os envolvidos. Neste entendimento, Maria Berenice Dias leciona que:

O afeto foi reconhecido como o ponto de identificação das estruturas de família. É o envolvimento emocional que subtrai um relacionamento do âmbito do direito obrigacional – cujo núcleo é a vontade – e o conduz o para o direito das famílias, cujo elemento estruturante é o sentimento de amor, o elo afetivo que funde almas e confunde patrimônios, fazendo gerar responsabilidades e comprometimentos mútuos.<sup>108</sup>

Corroborando a lição o autor José Carlos Amorim de Vilhenas Nunes ao afirmar que a afetividade gera deveres presumidos legalmente, decorrentes dos vínculos familiares formados através dos elos socioafetivos e da comunhão da vida, representativos dos valores da pessoa humana sobre “os valores matérias, patrimoniais, nas relações familiares, deveres esses impostos a par da existência, ou não, de amor ou afeição entre as pessoas envolvidas.”<sup>109</sup>

Especialmente no que se referem às grandes mudanças que ocorreram ao longo do tempo no Direito de Família, debates sobre a temática do abandono afetivo vieram constantemente. Nas situações em que nota-se a omissão legal, a opção é socorrer-se aos princípios constitucionais; já dessa tendência, é perceptível que à chamada constitucionalização no direito civil, onde se tornam fontes normativas os princípios elencados na Constituição Federal<sup>110</sup>, bem como, nas mudanças introduzidas no instituto da responsabilidade civil e consequentemente reparação de danos.

Neste sentido, alguns conceitos foram inseridos para sobre a temática. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) considera o abandono efetivo como “caracterizada a indiferença afetiva de um genitor em relação a seus filhos, ainda que não exista abandono material e intelectual, pode ser constatado, na Justiça, o abandono afetivo.”<sup>111</sup>

Visando o entendimento do referido Conselho Nacional de Justiça (CNJ), mesmo esse problema familiar sempre ter sido constatado na sociedade, apenas nos últimos

<sup>108</sup> DIAS, Maria Berenice. *Manual de direito de famílias*. 10ª ed.rev., atual e ampl. São Paulo. Revista dos Tribunais, 2015, p.13.

<sup>109</sup> NUNES. José Carlos Amorim de Vilhena. *Novos vínculos jurídicos nas relações de família*. São Paulo. 2009. Disponível em: <[http://www.teses.usp.br/teses/.../2/.../Jose\\_Carlos\\_Amorim\\_de\\_Vilhena\\_Nunes\\_Parcial.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/.../2/.../Jose_Carlos_Amorim_de_Vilhena_Nunes_Parcial.pdf)>. Acesso em: 05 set. 2018.

<sup>110</sup> DIAS, Maria Berenice. *Manual de direito de famílias*. 10ª ed.rev., atual e ampl. São Paulo. Revista dos Tribunais, 2015, p.28.

<sup>111</sup> BRASIL, Conselho Nacional de Justiça. *Entenda a diferença entre abandono intelectual, material e afetivo*. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/80241-entenda-a-diferenca-entre-abandono-intelectual-material-e-afetivo>>. Acesso em: 05. set. 2018.

anos veio à tona essa questão como objeto de discussão no âmbito jurídico, dentre as quais os filhos (considerados as vítimas), pedem indenização pelo dano causado mediante o abandono. Diante disso, algumas são as decisões são concedidas pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), apreciando que o abandono afetivo “constituiu descumprimento do dever legal de cuidado, criação, educação e companhia presente, previstos implicitamente na Constituição Federal”.<sup>112</sup>

Em novembro de 2015, a 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, julgou o Recurso Especial nº 1557978/DF<sup>113</sup>, sob a relatoria do Ministro Moura Ribeiro, manifestando-se diante da temática:

[...] Considerando a complexidade dos temas que envolvem as relações familiares e que a configuração de dano moral em hipóteses de tal natureza é situação excepcionalíssima, que somente deve ser admitida em ocasião de efetivo excesso nas relações familiares, recomenda-se uma análise responsável e prudente pelo magistrado dos requisitos autorizadores da responsabilidade civil, principalmente no caso de alegação de abandono afetivo de filho, fazendo-se necessário examinar as circunstâncias do caso concreto, a fim de se verificar se houve a quebra do dever jurídico de convivência familiar, de modo a evitar que o Poder Judiciário seja transformado numa indústria indenizatória. [...]

Muitos são os obstáculos sofridos diante da matéria, entretanto, grande parte dos operadores do direito que defendem a importância do tema, assim como sua possibilidade.

No conceito posto pela advogada Josiane Coelho Duarte, o abandono afetivo vem com o dano causado do abandono emocional de um ou ambos os genitores em relação ao filho, responsável por causar grande lesão imaterial que sensibilizam o íntimo daquele que sofre o abandono, ferindo sua personalidade, gerando grande dano a sua personalidade, ao ponto de provocar graves consequências em seu desenvolvimento como pessoa natural.<sup>114</sup>

<sup>112</sup> NOTÍCIAS, Agência CNJ de. *Entenda a diferença entre abandono intelectual, material e afetivo*. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/80241-entenda-a-diferenca-entre-abandono-intelectual-material-e-afetivo>>. Acesso em: 06 set. 2018.

<sup>113</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial. *Resp nº 1557978 / DF*. Terceira Turma. Relator: Min.Moura Ribeiro. Brasília, 03 de novembro de 2015. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?livre=abandono+afetivo&b=ACOR&p=true&l=10&>>. Acesso em: 6 set. 2018.

<sup>114</sup> DUARTE, Josiane Coelho. *Abandono afetivo e suas consequências jurídicas*. 2016. Disponível em: <<http://www.jornaljurid.com.br/colunas/josiane-coelho-duarte/abandono-afetivo-e-suas-consequencias-juridicas>>. Acesso em: 06 set. 2018.

Já na visão da advogada e psicóloga, Márcia Elena de Oliveira Cunha, este conceito está atrelado à “ausência de afeto entre os pais e filhos, em que estes buscam por intermédio do judiciário a reparação desta lacuna de afetividade existente em sua vida”.<sup>115</sup>

Mesmo visualizando esses entendimentos, de fato não existe um ordenamento jurídico que afirme a obrigação dos pais em prestar afeto aos seus filhos, mas ao estudar cada dispositivo da lei, como já foi abordado, o abandono afetivo deve ser sim assunto a ser tratado com grande importância.<sup>116</sup>

Ocorre que, no tocante desses conceitos, o afeto é essencial para o desenvolvimento de qualquer ser humano, podendo inclusive levar aquele que é abandonado a sofrer traumas e incertezas na vida adulta. O autor Paulo Nader conceitua no seu entendimento a respeito desse posicionamento:

A vida na idade adulta e a formação deste ser resultam de experiências vividas ao longo da vida, mormente no ambiente familiar, especialmente na infância e adolescência (,,,) Se a criança cresce em um ambiente sadio, benquista por seus pais, cercada de atenção, desenvolve naturalmente a autoestima, componente psicológico fundamental ao bom desempenho escolar, ao futuro sucesso profissional e ao bom relacionamento com as pessoas.<sup>117</sup>

Ou seja, o sentimento não deve ser visto só de espontânea vontade, mas sim de ver sua extremam importância para a sanidade mental de qualquer ser humano para seu desenvolvimento.

### 3.2 Pressupostos para o Reconhecimento do abandono afetivo

A Convenção sobre o Direito da Criança em 1990, a Constituição Federal de 1988, o Código Civil de 2002 e o Estatuto da Criança e do Adolescente 1990 são alguns direitos que trouxeram a tutela total à criança e ao adolescente, serem humanos em formação.<sup>118</sup>

Na Convenção sobre o Direito da Criança, aprovada pela Resolução 44/25 da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1989, dispõe no artigo 7.1, que

<sup>115</sup> CUNHA, Marcia Elena de Oliveira. *O Afeto face ao Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e Seus Efeitos Jurídicos no Direito de Família*. 2009. Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/?artigos&artigo=482>> Acesso em: 09 set 2018.

<sup>116</sup> NADER, Paulo. Curso de direito civil: *Responsabilidade civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2010.p.262.

<sup>117</sup> Ibidem

<sup>118</sup> BICCA, Charles. *Abandono Afetivo: o dever de cuidado e a responsabilidade civil por abandono de filhos*. Brasília, DF: OWL,2015. p.29



“a criança será registrada imediatamente após seu nascimento e terá direito, desde o momento em que nasce, a um nome, a uma nacionalidade e, na medida do possível, a conhecer seus pais e a ser cuidada por eles”<sup>119</sup>

No que dispõe a Constituição Federal, em seu artigo 229, é ainda mais clara sobre o abandono: “os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade”.<sup>120</sup>

Como se não bastasse, o Estatuto da Criança e do Adolescente reconheceu a vulnerabilidade das crianças e dos adolescentes, dando uma atenção especial na proteção, em seus diversos artigos, dentre os quais trouxeram uma tutela total e irrestrita, como destaca o artigo 22 do Código Civil: “aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais.”<sup>121</sup>

Sendo assim, a “ilicitude constante no abandono não está no desamor, mas na mais absoluta falta de atendimento ao dever de cuidado”<sup>122</sup>.

### 3.3 Posição doutrinária e jurisprudencial

Acerca deste assunto, diversas são as posições doutrinárias e jurisprudenciais contra e a favor.

Na visão da autora Jacqueline Filgueras, o abandono afetivo somente é configurado quando a conduta ou omissão dos responsáveis estiver caracterizando ato ilícito por vontade própria do genitor, de acordo com as obrigações e princípios direcionados a eles. Diversas são as situações que podem vir a surgir, porém, deve-se observar cada caso distintamente, visto que cada um tem sua materialidade.<sup>123</sup>

Para entender melhor o que de fato é ato ilícito ou não, analisaremos as seguintes situações: Um genitor que não possui a guarda do filho, mas possui uma boa situação financeira, entretanto mora em local distante, residindo na casa em que constitui

<sup>119</sup> Convenção sobre o Direito da Criança, aprovada pela Resolução 44/25 da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1989, dispõe no artigo 7.1.

<sup>120</sup> BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 09 set 2018.

<sup>121</sup> BRASIL, Lei Nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Institui o Código Civil. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2002/110406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/110406.htm)> acesso em 09 set 2018.

<sup>122</sup> BICCA, Charles. *Abandono Afetivo: o dever de cuidado e a responsabilidade civil por abandono de filhos*. Brasília, DF: OWL, 2015. p.32.

<sup>123</sup> NOGUEIRA, Jacqueline Filgueras. *A Filiação que se Constrói: O Reconhecimento do Afeto como Valor Jurídico*. São Paulo: Memória Jurídica, 2001 p.29.

“nova vida” ao lado da/o parceira/o atual, tem noção da existência do seu filho, mas mesmo assim não faz questão de ter o menor vínculo afetivo com ele, descuidando das suas obrigações, só arcando com os custos de vida do filho, comentando ato ilícito conforme entendimento de diversos doutrinadores.<sup>124</sup>

Em outra situação, o genitor não possui a guarda do filho, não mora em local perto de onde reside e não sabe da existência da criança, ou seja, não teve a chance de exercer sua paternidade durante a formação do mesmo, sendo assim, não é ato ilícito, uma vez que sua omissão não foi de vontade própria ou consciente.<sup>125</sup>

O maior argumento sobre a temática é: “pagar pela falta de amor não faz surgir o amor”, ou “dar preço ao amor”, entretanto, Cláudia Maria da Silva esclarece que não se trata de “dar preço ao amor”, como os que divergem esse assunto colocam, tampouco “compensar a dor”. O que é realmente posto, é mostrar que toda ação tem sua consequência, evitando que o pai ou próximos pais, ajam com essa conduta.<sup>126</sup>

Outro ponto colocado sobre os doutrinadores é na importância da comprovação dos danos sofridos pelo filho, seus abalos psicológicos e as sequelas causadas pelo abandono, porém, o autor Charles Bicca entende que “o dano moral do abandono afetivo é do tipo *in re ipsa*”, ou seja, provado o abandono, é presumindo o dano sofrido.<sup>127</sup>

Muito embora não existam grande casos de indenização decorrentes do abandono afetivo, por se tratar de um assunto de recente repercussão e o prejudicado desconhecer, em 2004, no estado de Minas Gerais, houve o primeiro caso e decisão acerca do assunto, gerando grande repercussão.

O autor alegou que aos seus 6 (seis) anos de idade, seus pais se divorciaram, mesmo ano em que nasceria a sua meia irmã com sua segunda esposa de seu pai.

Nos autos, o autor alega que seu pai cumpria com a obrigação alimentícia, porém, não olhe prestava assistência moral e psíquica. Alegou também que com essa distância, a convivência com a meia irmã foi praticamente impossível. Em suas alegações também observou que o pai deixou de comparecer nos momentos mais importantes de sua vida, como festas comemorativas e sua formatura.

---

<sup>124</sup> GOMIDE, Paula Inez. *Pais presentes pais ausentes: regras e limites*. Petrópolis: Vozes, 2004.p.71

<sup>125</sup> Ibidem

<sup>126</sup> SILVA, Cláudia Maria da. Descumprimento do dever de convivência familiar e indenização por danos à personalidade do filho. *Revista Brasileira de Direito de Família*, Porto Alegre, v.6, n.25, ago./set. 2005.

<sup>127</sup> BICCA, Charles. *Abandono Afetivo: o dever de cuidado e a responsabilidade civil por abandono de filhos*. Brasília, DF: OWL,2015. p.48.

Diante dos fatos narrados, o Autor informou ter sofrido consequências marcantes na sua vida, acarretando a situações humilhantes e sofridas, e por esses motivos, procurou a reparação perante o tribunal de Minas Gerais.

Na alegação, o Genitor, afirmou ter tentado entrar em contato com seu filho no início da separação com sua mãe, porém, a mãe tornou a situação impossível, tentando coloca-lo contra seu filho. E perante as diversas confusões que surgiram e sua mudança habitual para o exterior, indo residir na África do Sul, dificultou o comparecimento à formatura do filho, mas nunca deixou de demonstrar contentamento diante das ligações que fazia ao Autor, considerando o ato ilícito inviável.

O posicionamento do Juiz de primeiro grau na 19ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte, que julgou improcedente, diz que:

[...] não haver estabelecido o laudo psicológico exata correlação entre o afastamento paterno e o desenvolvimento de sintomas psicopatológicos pelo autor, não tendo detectado o expert sinais de comprometimento psicológico ou qualquer sintomatologia associada a eventual malogro do laço paterno filial (fls. 71). A par de tais conclusões periciais resta inequívoco que, não obstante a relutância paterna em empreender visitas ao filho afete-lhe negativamente o estado anímico, tal circunstância não se afigura suficientemente penosa, a ponto de comprometer-lhe o desempenho de atividades curriculares e profissionais, estando o autor plenamente adaptado à companhia da mãe e de sua bisavó. De sua vez, indica o estudo social o sentimento de indignação do autor ante o tentame paterno de redução do pensionamento alimentício, estando a refletir, tal quadro circunstancial, propósito pecuniário incompatível às motivações psíquicas noticiadas na Inicial (fls. 74). Por outro lado, não se colhe do conjunto probatório descaso intencional do réu para com a criação, educação e a formação da personalidade do filho, de molde a caracterizar o estado de abandono a que se refere o art. 395, II, do Cód. Civil, a determinar, inclusive, a perda do pátrio-poder. (...) Tais elementos fático-jurídicos conduzem à ilação pela qual o tormento experimentado pelo autor tem por nascedouro e vertedouro o traumático processo de separação judicial vivenciado por seus pais, inscrevendo-se o sentimento de angústia dentre os consectários de tal embate emocional, donde inviável inculpar-se exclusivamente o réu por todas as idiosincrasias pessoais supervenientes ao crepúsculo da paixão.<sup>128</sup>

A decisão de primeiro grau julgou a pretensão indenizatória improcedente, baseando-se na falta de nexo de causalidade entre a ausência do pai como causa dos danos psicológicos sofridos pelo autor, baseando-se na observância que prevê o artigo 186 do Código Civil, não caracterizando ato ilícito.

<sup>128</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial. *Resp nº 757411* MG 2005/0085464-3, Relator: Ministro FERNANDO GONÇALVES, Data de Julgamento: 29/11/2005, T4 - QUARTA TURMA. Data de Publicação: DJ 27/03/2006.

Não contente com a sentença, o autor interpôs apelação a qual foi apreciada pela 7ª Câmara Cível do Tribunal da alçada de Minas Gerais. A referida turma condenou em segunda instância o pai a pagar o equivalente a 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais), tendo em vista no princípio da dignidade humana, ficando comprovada a conduta ilícita do pai ao gerar danos à dignidade de seu filho.

Em seguida, o pai interpôs Recurso Especial perante o Tribunal Superior, alegando não haver indícios de ato ilícito teoricamente cometido por ele, também alegou em Recurso, haver tido dificuldades na aproximação do filho, diante da separação com a mãe dele e da sua profissão também dificultar o contato com os filhos, sendo “normal” na vida adulta.

O Recurso foi provido por maioria dos votos, entretanto, não foi unânime, tendo em vista a falta de pressuposto, uma vez que não existiam casos semelhantes. O voto vencido do Ministro Barros Monteiro colocava:

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANO MORAL. ABANDONO AFETIVO. DESCUMPRIMENTO DE DEVERES PATERNOS. PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. PRINCÍPIO DA AFETIVIDADE. ÓBICE DA SÚMULA 07 DO STJ. COMPROVAÇÃO DO DANO EMOCIONAL E PSÍQUICO SOFRIDO PELO FILHO. Pelo não conhecimento, e se conhecido, pelo não provimento.<sup>129</sup>

Podemos observar então, que a decisão do julgado foi improcedente com o fundamento de que não há como obrigar ninguém a amar outra pessoa, o que não pode ser uma imposição judicial, como é falado no acórdão.

Entretanto, em 24 de abril de 2012, a Terceira Turma Cível do STJ, com o voto da Ministra Nancy Andrighi, reestabeleceu a posição deste Tribunal, dando destaque a seguinte frase: “amar é faculdade, cuidar é dever”. A decisão condenou o pai a indenizar sua filha em 200.000,00 (duzentos mil reais).

O caso em tela, pelos fatos e provas alegadas na ação, tratava do pai que tratava a filha com desprezo em relação as meias irmãs, advindas de outro casamento, sentindo-se a filha prejudicada pelas atitudes do pai com a mesma.<sup>130</sup>

Transcreve-se:

<sup>129</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça - *REsp*: 757411 MG 2005/0085464-3, Relator: Ministro FERNANDO GONÇALVES, Data de Julgamento: 29/11/2005, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJ 27/03/2006

<sup>130</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça - *EResp*: 1159242 SP 2012/0107921-6, Relator: Ministro MARCO BUZZI, Data de Julgamento: 09/04/2014, S2 SEGUNDA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 23/05/2014

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. FAMÍLIA. ABANDONO AFETIVO. COMPENSAÇÃO POR DANO MORAL. POSSIBILIDADE. 1. Inexistem restrições legais à aplicação das regras concernentes à responsabilidade civil e o consequente dever de indenizar/compensar no Direito de Família. 2. O cuidado como valor jurídico objetivo está incorporado no ordenamento jurídico brasileiro não com essa expressão, mas com locuções e termos que manifestam suas diversas desinências, como se observa do art. 227 da CF/1988. 3. Comprovar que a imposição legal de cuidar da prole foi descumprida implica em se reconhecer a ocorrência de ilicitude civil, sob a forma de omissão. Isso porque o *non facere*, que atinge um bem juridicamente tutelado, leia-se, o necessário dever de criação, educação e companhia – de cuidado –, importa em vulneração da imposição legal, exsurgindo, daí, a possibilidade de se pleitear compensação por danos morais por abandono psicológico. 4. Apesar das inúmeras hipóteses que minimizam a possibilidade de pleno cuidado de um dos genitores em relação à sua prole, existe um núcleo mínimo de cuidados parentais que, para além do mero cumprimento da lei, garantam aos filhos, ao menos quanto à afetividade, condições para uma adequada formação psicológica e inserção social. 5. A caracterização do abandono afetivo, a existência de excludentes ou, ainda, fatores atenuantes – por demandarem revolvimento de matéria fática – não podem ser objeto de reavaliação na estreita via do recurso especial. 6. A alteração do valor fixado a título de compensação por danos morais é possível, em recurso especial, nas hipóteses em que a quantia estipulada pelo Tribunal de origem revela-se irrisória ou exagerada. 7. Recurso especial parcialmente provido<sup>131</sup>

Portanto, em observância a maioria dos votos dos Ministros dando provimento de forma parcial ao Recurso do genitor, em primeiro aspecto, não levou em consideração as regras da responsabilidade civil. Já em segundo aspecto, fez relação às normas impostas em nosso ordenamento jurídico e a relevância delas serem analisadas.

No último aspecto, visualiza-se a observância de ilicitude na forma com age o genitor. Esta ilicitude refere-se a proteção dos direitos das crianças e adolescentes, ao mínimo afeto e dever de cuidar por parte dos dois, assegurando os seus desenvolvimentos na formação da vida adulta, tanto no âmbito social como no que resguarda o psicológico.

Este caso apresentou sua singularidade, uma vez que o genitor não cumpria com os requisitos mínimos estabelecidos e resguardados nos dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente, Código Civil, Constituição Federal, dentro os outros que foram expostos nos capítulos anteriores.

Assim sendo, esse caso possui sua excepcionalidade, devendo ser analisado cada caso de forma distinta. No que tange este apresentado, fica claro que os magistrados compreendem o dever de cuidar e de afeto dos pais com os filhos, onde, ficando possível e

<sup>131</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *REsp 1.159.242/SP*, Terceira Turma, Rel. Min. Nancy Andrighi, j. 24/04/2012, DJe 10/05/2012

fácil de comprovar, a indenização ou compensação pelos danos sofridos, se faz como único meio de solução, como lê-se em trecho da ementa:

[...] Não se conhece dos embargos de divergência, por absoluta inexistência de similitude fato-jurídica entre os arestos confrontados, quando a solução dada ao caso concreto baseou-se, de forma expressa, em situação de excepcionalidade. Embargos de divergência não conhecidos.

Recentemente, a Justiça julgou na 2ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) e na Vara Cível da Comarca de Brasileia, no Acre, dois grandes casos que ganharam destaque.

Na 2ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) foi julgado procedente o pedido de indenização de um a uma mulher por abandono afetivo de seu pai, reformulando sentença da Comarca de Limeira, a qual tinha julgado improcedente. O valor da reparação equivalia a 45 salários mínimos.<sup>132</sup>

Nos autos do processo, foi alegado o abandono do pai, deixando de dar assistência moral, afetiva e material. Em sua defesa, o abandonador alegou que, o afastamento perante a filha, se deu em razão de seu desentendimento com a mãe da filha, mas 20 (vinte) anos depois, no momento que a filha o procurou, foi cordial.

O relator Luiz Beethoven Giffoni Ferreira entendeu a falta do réu com a autora, no dever de prover alimentos e assistência com a filha, sendo sua pena pecuniária devida pelo abandono, resultante de sua conduta consciente e voluntária movida por ele. Afirmou em seu voto:

Quem se dipôs a gerar outro ente há que deter responsabilidades referentes a tal gesto; a paternidade gera um poder-dever, aquele limitado por este. Cuidados e afeto são direitos do ser humano em formação, ainda que no ventre materno e bem mais quando em desenvolvimento.

Voto acompanhado unânime com os presentes desembargadores José Carlos Ferreira Alves e José Roberto Neves Amorim com a mesma fundamentação.

O posicionamento atual do STJ é pela inexistência de qualquer restrição à aplicação das regras da responsabilidade civil, no âmbito do Direito de Família, devendo ser responsabilizado aquele que não cumpre com seus requisitos, como foi exposto e explicado no capítulo anterior.

<sup>132</sup> IBDFM. *Jurista ressalta a necessidade de uma maior punição nos casos de abandono afetivo*. Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/noticias/6635/Jurista+ressalta+a+necessidade+de+uma+maior+puni%C3%A7%C3%A3o+nos+casos+de+abandono+afetivo>> Acesso em: 10 set 2018.

Portanto, tendo em vista os julgados, a Ministra Nancy Andrighi se posiciona num entendimento de que “ necessário dever de criação, educação e companhia – de cuidado –, importa em vulneração da imposição legal”, ou seja, cada sim responsabilidade civil decorrente do abandono afetivo, uma vez que a falta de um dos pressupostos colocados por ela, interferem no desenvolvimento pessoa para o desenvolvimento do ser humano até sua fase adulta, convivendo de forma harmônica dentro da sociedade. Deve-se salientar que não é a obrigação de amar alguém, mas sim de ter a devida assistência, responsabilidade que são impostas a um pai e uma mãe ao seu filho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após explorar o tema proposto, é de se notar que o Direito passa por constantes mudanças, ainda mais no que configura o Direito de família, cabendo sempre estar atento a acompanhar essas alterações, a fim de entender melhor o que se passa nos tempos atuais e quais são as medidas a serem executadas em casos de violação dos deveres.

Nessa perspectiva, muito se mencionou a respeito das mudanças legislativas trazidas com o Código Civil de antigamente até o atual, trazendo, também, as legislações que regulamentam o direito do menor em relação à responsabilidade que o genitor tem sobre ele, como é ministrado no Código Civil de 2002, na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990.

Com a análise desses elementos legais, doutrinários, acadêmicos e jurisprudenciais, conclui-se do presente trabalho, que existem casos em que é verificado o “abandono afetivo”, cabendo a indenização do dano, pela violação do dever de cuidado por pais dos pais, que é dever no que diz respeito à responsabilidade civil.

No que é visto nas decisões proferidas pelo Superior Tribunal de Justiça, anos perduraram para finalmente ter uma decisão favorável sobre o tema, o qual a Ministra Nancy Andrighi decretou, permitindo a mudança no que diz respeito ao assunto, declarando que “amar é faculdade, cuidar é dever”.

Neste sentido, conclui-se ainda, o que vem sendo discutido não é a obrigação de um pai amar seu filho, mas sim deve cuidar e dar os devidos auxílios para o seu desenvolvimento na sociedade. A terminologia “abandono afetivo” é ainda bem complexa de se ser entendida pelos doutrinadores, porém, o foco principal da luta por essa indenização, não é o dinheiro, pois realmente ele não repara o que não lhe foi entregue (o cuidado), mas sim para evitar com que vários casos similares venham sempre a se repetir, uma vez que causada a comoção de que não dando auxílio ao filho, vai existir uma sanção, menos casos de abandono afetivo iram ocorrer, ficando assegurado o dever da responsabilidade civil.

Sua aplicação é de extrema dificuldade, dada dificuldade de comprovação do dano. Porém, o caso que foi estudando e analisado, é de grande observância os pressupostos cabíveis na única forma de reparar o dano sofrido mediante o abandono, que é decorrente do dano moral, sendo totalmente nítida a sua colocação, uma vez que interfere o crescimento do ser humano tanto na sociedade, como na vida interpessoal.



## REFERÊNCIAS

ALVES, José Carlos Morereira. *Direito Romano*. 14. ed. Rio de Janeiro. Forense, 2007

AURÉLIO. Significado de abandono. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/aurelio-2/> Acesso em: 02 out 2018.

AURÉLIO. Significado de responsabilidade civil. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/aurelio-2/> Acesso em: 02 out 2018.

BARBOZA, Heloisa Helena. *A família na perspectiva do vigente Código Civil*. Bioética, reprodução e gênero na sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: ABEP, 2005

BEVILÁQUA, Clovis. *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 1975

BICCA, Charles. *Abandono Afetivo: o dever de cuidado e a responsabilidade civil por abandono de filhos*. Brasília, DF: OWL, 2015

BITTENCOURT, Vanessa. *Responsabilidade Civil no Direito de Família: Aspectos relevantes da Responsabilidade Civil no Direito de Família*. Disponível em: <<https://vanbittencourt.jusbrasil.com.br/artigos/306634668/responsabilidade-civil-no-direito-de-familia>> Acesso em: 20 mai. 2018

BRASIL, Conselho Nacional de Justiça. *Entenda a diferença entre abandono intelectual, material e afetivo*. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/80241-entenda-a-diferenca-entre-abandono-intelectual-material-e-afetivo>>. Acesso em: 05. set. 2018.

BRASIL, *Lei Nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002* - Institui o Código Civil. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2002/110406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/110406.htm)> acesso em 21 mai 2018.

BRASIL, *Lei Nº 8.06, de 13 de julho de 1990* - Institui o Código Civil. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm)> acesso em 05 jun 2018.

BRASIL, *Lei Nº 883, de 21 de outubro de 1949* - Institui o Código Civil. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/1930-1949/L0883.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1930-1949/L0883.htm)> Acesso em: 21 mai 2018.

BRASIL, Superior Tribunal de Justiça, Recurso Especial, *Resp nº 757.411/MG*, Quarta Turma, Rel. Min. Fernando Gonçalves. Brasília, 29 de novembro de 2005. Disponível em <[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=595269&num\\_registro=200500854643&data=20060327&formato=PDF](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=595269&num_registro=200500854643&data=20060327&formato=PDF)>. Acesso em: 05 de agosto de 2018

BRASIL. *Constituição (1988) da República Federativa do Brasil de*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 05 ago 2018.

BRASIL. *Lei Nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916*. Instituí o Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L3071.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm)>. Acesso em: 23 mai 2018.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça - *EResp: 1159242 SP 2012/0107921-6*, Relator: Ministro MARCO BUZZI, Data de Julgamento: 09/04/2014, S2 SEGUNDA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 23/05/2014

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça - *REsp: 757411 MG 2005/0085464-3*, Relator: Ministro FERNANDO GONÇALVES, Data de Julgamento: 29/11/2005, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJ 27/03/2006

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial. *Resp nº 1557978 / DF*. Terceira Turma. Relator: Min. Moura Ribeiro. Brasília, 03 de novembro de 2015. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?livre=abandono+afetivo&b=ACOR&p=true&l=10>>. Acesso em: 6 set. 2018.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial. *Resp nº 757411 MG 2005/0085464-3*, Relator: Ministro FERNANDO GONÇALVES, Data de Julgamento: 29/11/2005, T4 - QUARTA TURMA. Data de Publicação: DJ 27/03/2006.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *REsp 1.159.242/SP*, Terceira Turma, Rel. Min. Nancy Andrighi, j. 24/04/2012, DJe 10/05/2012

CAMILA, Hayashi. *Da relação de parentesco*. Disponível em: <https://camilahayashi.jusbrasil.com.br/artigos/148612539/das-relacoes-de-parentesco-e-dos-tipos-de-filiacao> Acesso em: 15 ago. 2018.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. *Programa de responsabilidade civil*. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

COSTA, Maria Amélia. A possibilidade de desconstituição da paternidade havida por reconhecimento. *Revista de Direito de Família e Sucessão*, v. 2, 2016.

CUNHA, Marcia Elena de Oliveira. *O Afeto face ao Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e Seus Efeitos Jurídicos no Direito de Família*. 2009. Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/?artigos&artigo=482>> Acesso em: 09 set 2018.

CYSNE, Renata Nepomuceno e. Os laços afetivos como valor jurídico: na questão da paternidade socioafetiva. *Família e jurisdição II*. Belo Horizonte, Del Rey, 2008.

DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das famílias*. 9. Ed. São Paulo : RT, 201.

DUARTE, Josiane Coelho. *Abandono afetivo e suas consequências jurídicas*. 2016. Disponível em:

FUJITA, Jorge Shiguemitsu. *Filiação*. São Paulo: Atlas, 2009.

FUNARI, Pedro. Direito de família: de Roma para os tempos atuais. *Revista IBDFAM*, Belo Horizonte, nov. 2013. Disponível em: < <http://www.ibdfam.org.br/publicacoes/revista-ibdfam> > Acesso em: 6 abr. 2018.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. *Novo curso de direito civil*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2004. v. 3.

GILDO, Nathália. *Evolução histórica do conceito de filiação*. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/46589/evolucao-historica-do-conceito-de-filiacao>> Acesso em 05 jun 2018.

GOMES, Laurentino. A família na história do Brasil. *Revista IBDFAM*, Belo Horizonte, v. 5, 2007.

GOMIDE, Paula Inez. *Pais presentes pais ausentes: regras e limites*. Petrópolis: Vozes, 2004

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito Civil Brasileiro: Direito de família*. ed. 9. São Paulo: Saraiva, 2012

HIRONAKA, Giselda M. F. Noves. *Direito Civil: Direito de Família*. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2008.

IBDFM. *Jurista ressalta a necessidade de uma maior punição nos casos de abandono afetivo*. Disponível em: < <http://www.ibdfam.org.br/noticias/6635/Jurista+ressalta+a+necessidade+de+uma+maior+puni%C3%A7%C3%A3o+nos+casos+de+abandono+afetivo> > Acesso em: 10 set 2018.

LIMA, Alvino. *Culpa e risco*. 2. Ed. São Paulo. Revista dos Tribunais, 1999.

LIRA, Wladimir Paes de. Direito da criança e do adolescente à convivência familiar e uma perspectiva de efetividade no direito brasileiro. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Coord.) *Família e responsabilidade: teoria e prática do direito de família*. Porto Alegre: Magister, 2010.

LISBOA, Roberto S. *Manual de Direito Civil: Direito de família e das Sucessões*. 3. Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

LÔBO, Paulo. *Direito civil: Famílias*. 4ª Ed. São Paulo: Saraiva 2011

LOPES, Miguel Maria de Serpa. *Curso de direito civil. Fontes acontratuais das obrigações – Responsabilidade civil*. v. 5. 5. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2000.

MADALENO, Rolf. *Direito de família em pauta*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2004.

Marcial Barreto. *Responsabilidade civil no direito de família*. In: DONNI, Rogério; NERY, Rosa Maria Barreyo Borriello de Andrade (Org.). *Responsabilidade civil: estudos em homenagem ao professor Rui Geraldo Camargo Viana*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

MIRANDA, Pontes. *Manual de Direito Constitucional*. 3. Ed. Coimbra, 2000.

MONTEIRO, Washington de Barros. *Curso de direito civil: direito de família*. 39. Ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

NADER, Paulo. *Curso de Direito civil: direito de família*. 4. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010

NOTÍCIAS, Agência CNJ de. *Entenda a diferença entre abandono intelectual, material e afetivo*. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/80241-entenda-a-diferenca-entre-abandono-intelectual-material-e-afetivo>>. Acesso em: 06 set. 2018.

RESENDE, Adriana Torres de Sá. *Do direito parental: parentesco, filiação, adoção, poder familiar e alimentos. Conteúdo Jurídico*. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.49169&seo=1>> Acesso em: 21 maio. 2018.

RODRIGUES, Silvio. *Direito Civil. Direito de Família*. 27. Ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

SANCHES. *A evolução histórica da filiação: Roma e Brasil*. Disponível em <[https://jus.com.br/artigos/31344/a-evolucao-historica-da-filiacao-roma-e-brasil#\\_ftn3](https://jus.com.br/artigos/31344/a-evolucao-historica-da-filiacao-roma-e-brasil#_ftn3)> Acesso em: 6 abr. 2018

SANTOS, Romualdo Baptista dos. *A Tutela Jurídica da Afetividade*. Curitiba: Juruá

SIMÕES, Ulisses. *Filiação socioafetiva e reconhecimento pela via extrajudicial*. Jota Info. Disponível em: <<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/columa-do-l-o-baptista-advogados/filiacao-socioafetiva-e-reconhecimento-pela-via-extrajudicial-17012018>> Acesso em: 20 mai .2018

SOUZA, Alves Magno Carlos. *CNJ cria regras de reconhecimento extrajudicial de filiação socioafetiva*. <<https://www.conjur.com.br/2017-dez-03/carlos-souza-cnj-cria-regras-reconhecer-filiacao-socioafetiva>> Acesso em: 20 mai.2018.

STOCO, Rui. *Tratado de responsabilidade civil: doutrina e jurisprudência*. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007

TARTUCE, Flávio. *Direito Civil. Direito das obrigações e responsabilidade civil*. 2.v

VELLSO, Reinaldo. *Reconhecimento da Paternidade Socioafetiva*. 13 mar. 2017. Disponível em: <<http://reinaldovelloso.blog.br/?p=667>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

VENCELAU, Rose Melo. *O Elo Perdido da Filiação: entre a verdade jurídica, biológica e afetiva no estabelecimento do vínculo paterno-filial*. Recife: Renovar. 2004

VENOSA, Sílvia de Salvo. *Direito Civil: Direito de Família*. 6. São Paulo: Editora Saraiva: 2006

ZENI, Bruna Schlindwein. O afeto como reconhecimento da filiação. *Revista Direito em Debate*, v.18, n.32, mar. 2013. Disponível em:

<<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/view/632>>.  
Acesso em: 13 maio 2018.